

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



(Unidade-Disciplina-Trabalho)

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

DIRECÇÃO DO PLANEAMENTO

**RELATÓRIO DE
IMPLEMENTAÇÃO DAS
GRANDES OPÇÕES DO PLANO**

2018

Índice de quadros	4
Acrónimos	5
I- Introdução	7
II - Análise da Implementação Física dos Eixos	8
Eixo I – Aposta no Crescimento Económico Gerador de Emprego	8
Capítulo I - Diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação de riqueza.....	8
1.1.1 Turismo	9
1.1.2 Agricultura, Pecuária e Floresta.....	10
1.1.3 Pesca.....	16
1.1.4 Comércio	16
1.1.5 Indústria	16
1.1.6 Sector Privado e atracão de investimento	19
1.1.7 Administração Pública	20
1.1.8 Planeamento e Estatística	20
Capítulo II - Reforçar a Gestão das Finanças Públicas	22
1.2.1 Finanças Públicas.....	22
Capítulo III – Investir na modernização das Infra-esfraestruturas Económicas e Sociais ...	23
1.3.1 Porto.....	23
1.3.2 Aeroporto	24
1.3.4 Energia	26
1.3.5 Água.....	27
1.3.6 Telecomunicações e TIC´S	29
Capítulo IV: Assegurar uma melhor gestão do território do meio ambiente	30
1.4.1 Obras públicas, urbanismo e ordenamento do território	30
1.4.2 Ambiente.....	31
1.4.3 Saneamento	31
Eixo II - Aposta na Coesão Social e na Credibilidade Externa de S. Tomé e Príncipe	33
Capítulo I- Valorizar o capital humano e reforçar a boa governação.....	33

2.1.1 Educação e Formação	33
2.1.2 Saúde.....	43
2.1.3Justiça.....	44
2.1.4 Comunicação social.....	44
Capítulo II - Apoiar a juventude, consolidar a família e proteger grupos vulneráveis.....	44
2.2.1 Juventude.....	44
2.2.2. Empreendedorismo	45
Capítulo III - Promover Cultura Nacional e o Desporto e a Inclusão na Diáspora	47
2.3.1 Desporto.....	47
2.3.2 Cultura.....	48
2.3.3Inclusão na Diáspora.....	48
Capítulo IV- Reforçar o Poder Local e criar Pólos de Desenvolvimento	48
2.4.1 Poder Local	48
Capítulo V- Reforçar as relações externas e de cooperação e preservar a soberania nacional	48
2.5.1 Política externa e cooperação internacional.....	48
2.5.2 Defesa e Mar e Administração Interna	48
III. Constrangimentos Gerais	49
IV. Conclusões Gerais.....	52
V. Recomendações Gerais:	52
Anexo	56

Índice de quadros

Quadro nº 1: Programa de atribuição de subsídio aos idosos (2018)	45
Quadro nº 2: Programa mães carentiadas (2018)	46

Acrónimos

APCI	Agência de Promoção do Comércio e Investimento
BTL	Bolsa de Turismo de Lisboa
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central
CIAT	Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica
CPLP	Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
DAE	Direcção de Administração Escolar
DGTH	Direcção Geral de Turismo e Hotelaria
ENASA	Empresa Nacional de Segurança Aérea
ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística
ENRP II	Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II
EMAE	Empresa de Água e Electricidade
FASTP	Forças Armadas de São Tomé e Príncipe
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
GIME	Grupo de Interesse e Manutenção de Estradas
GIRH	Gestão integrada dos Recursos Hídricos
GOP	Grandes Opções do Plano
INAC	Instituto Nacional de Aviação Civil
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIC	Instituto Nacional de Inovação Tecnológica
INM	Instituto Nacional de Meteorologia
ISEC	Instituto Superior de Educação e Ciência
ISO	International Organization for Standardization (Organização Internacional para Padronização)
IVA	Imposto sobre o Valor Agregado
MDAI	Ministério de Defesa e Administração Interna
MECCC	Ministério de Educação, Cultura, Ciência e Educação
NEEs	Necessidades Educativas Especiais
OGE	Orçamento Geral do Estado
ONUDI	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
PAM	Programa de Alimentação Mundial
PIQAC	Programa de Infra-estruturas de Qualidade
PIP	Programa de Investimento Público
PIB	Produto Interno Bruto

PFNL	Produtos Florestais não Lenhosos
PNASE	Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar
PRIASA	Projecto de Reabilitação de Infraestruturas de Apoio à Segurança Alimentar
PRMN	Programa de Restauração e Harmonização das Indústrias
STP	São Tomé e Príncipe

I- Introdução

O presente Relatório das Grandes Opções do Plano (GOP), é um instrumento da governação que permite demonstrar o nível de cumprimento das medidas e acções programadas para o ano 2018 bem como conhecer os principais constrangimentos inerentes a sua implementação.

Para sua elaboração foram recolhidas informações junto aos sectores através de duas matrizes e um modelo de relatório sectorial de monitorização, ambos previamente elaborados pela Direcção do Planeamento. Após a elaboração do 1º Draft do relatório, o mesmo foi submetido aos sectores para apreciação e recolha de contribuições para a sua melhoria.

O relatório está estruturado em: i) Introdução; ii) Implementação física e principais resultados obtidos no ano por cada eixo nos diferentes domínios que o compõem; iii) Constrangimentos Gerais, iv) Conclusões Gerais v) Recomendações Gerais para minimizar ou contornar os problemas identificados e vi) Anexo.

II - Análise da Implementação Física dos Eixos

As Grandes Opções do Plano estão constituídos por dois eixos de intervenção e estes articulam-se com Agenda de Transformação 2030, Programa do XVI Governo Constitucional e os documentos de política sectorial.

As principais realizações e resultados alcançados no ano 2018 pelo Governo com apoio técnico e financeiro dos parceiros de desenvolvimento é apresentado por cada eixo.

Eixo I – Aposta no Crescimento Económico Gerador de Emprego

O crescimento económico é a condição fundamental para a criação sustentada do emprego e rendimento com vista à redução da pobreza. Neste contexto, o Governo dinamizou os sectores tradicionais da economia, concentrando-se nos sectores da Pesca, Turismo, Agricultura, Infraestruturas (rodoviária, portuária e aeroportuária) e entre outros.

Este eixo contempla 4 capítulos, nomeadamente: 1) Diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação da riqueza; 2) Reforçar a gestão das finanças públicas; 3) Investir na modernização das infra-estruturas económicas e sociais; 4) Assegurar uma melhor gestão do território e do meio ambiente.

Capítulo I - Diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação de riqueza

O presente capítulo visa criar condições para valorização dos sectores tradicionais da economia através da implementação de um conjunto de medidas nos sectores agrícola, pesqueiro e turístico, numa lógica de melhoria da segurança alimentar, exportação de alguns produtos com alto valor acrescentado e redução das importações bem como reformas para melhorar o ambiente de negócios e a atratividade do Investimento Directo Estrangeiro (IDE).

Neste sentido, foram definidas medidas nos seguintes domínios: i) Turismo; ii) Agricultura; iii) Pecuária; iv) Floresta e biodiversidade; Pesca; vi) Comércio e indústria; vii) Sector privado e atracção de investimento; ix) Administração Pública x) Planeamento; xi) Estatística.

1.1.1 **Turismo**

O Turismo em São Tomé e Príncipe apresenta forte potencial para o desenvolvimento socioeconómico. Este pressuposto sustenta-se nos recursos naturais e na capacidade de preservação e conservação dos mesmos, com destaque para o turismo de experiência, assente na natureza, cultura e mar como principal produto turístico e factor de atractividade no país.

Programa: Promoção e valorização do turismo e actividades conexas

Este programa visa adoptar medidas com vista a melhorar a oferta turística, através de atracção de investimento, melhorias das infraestruturas turísticas, do quadro legal e paralelamente a promoção do país no exterior. Neste sentido, registou-se as seguintes realizações segundo as medidas abaixo indicadas:

1. Incentivar investimentos turísticos no meio rural

- Identificado um imóvel piloto para recuperação no âmbito do Programa Revive de Portugal com objectivo de alavancar o investimento privado.

2. Elaboração/ actualização das leis que regulem as actividades turísticas hoteleiras e similares

- Alterados e revogados os diplomas legislativos referente ao Fundo do Turismo e a Taxa do Turismo para melhor desempenho do sector turístico no país

3. Definição e promoção de Marca S.Tomé e Príncipe

- Identificado o Perfil dos Turistas que visitam o país e contratado consultor para criação da Marca STP Turismo.

4. Requalificação dos sítios de Interesse turísticos

- Concluiu-se a requalificação do sítio de Anambó (com a instalação de água e energia);
- Foram colocados contentores para lixo em algumas cidades e praias e construída casa de banho no posto de informação visando melhorar saneamento do meio.

1.1.2 Agricultura, Pecuária e Floresta

O sector agrícola desempenha um papel muito importante na economia são-tomense. Entretanto, é o sector onde a pobreza é mais evidente, sobretudo em zonas rurais.

O sector enfrenta vários desafios especialmente a falta de meios para assegurar um aumento da produção, apesar das condições edafoclimáticas favoráveis do país. Para tal, o Governo aposta na diversificação agrícola, na implementação das novas tecnologias de produção, na agro-transformação e em agronegócios para fazer face à insegurança alimentar e reduzir a pobreza.

Programa: Reforço das capacidades institucionais do sector agrícola

Este programa visa reforçar as capacidades institucionais dos actores do desenvolvimento agrícola. Neste sentido, foram realizadas acções nas seguintes medidas de política:

1. Reforço da capacidade do sector na recolha e tratamento de dados estatísticos;

- Realizou-se inquérito de horticultura nos distritos de Mé-Zochi, Cantagalo e Lobata.
- Foram realizadas, através da Direção de Pecuária, um total 9 inquéritos epidemiológicos, recolhidas 249 amostras provenientes do matadouro e 119 amostras de criadores particulares na perspectiva de melhorar a qualidade de saúde animal e desta forma garantir a qualidade de proteína animal consumida pela população (segurança alimentar).

2. Formação e capacitação de técnicos no domínio de planificação e avaliação de projectos agrícolas

- No âmbito de reforço de capacidade institucional no domínio de formação agrícola foi apetrechado o Centro Técnico Agro-Pecuário (CATAP) com equipamentos para dormitório, cozinha e refeitório visando oferecer melhores condições de hospitalidade aos formandos.

3. Garantia da assistência técnica aos produtores através de serviços de extensão rural;

- Foram formados 50 agricultores em produção de composto orgânico (bokashi, biofertilizantes e uso de manipueira) nas estufas e, neste contexto de formação, produzidos e distribuídos 333 toneladas de adubos orgânicos aos agricultores;

- Foram construídas 25 hectares de terras declivosas na comunidade de Bom Sucesso e Saudade com culturas de milho e feijão no âmbito do projecto de melhoramento do solos nas zonas declivosas.
- Foram construídos 4 digestores de biogás sendo 2 na comunidade de Mesquita, 1 digestor na comunidade de Plancas e 1 em Batepá.

1.1.2.1 No domínio da agricultura

Para dar resposta aos desafios do sector, foram planificados programas e medidas cujas realizações foram as seguintes:

Programa 2: Aumento da produção e diversificação agrícola

Este programa tem como objectivo contribuir para o aumento e a diversificação das culturas de produção alimentar (milho, banana, matabala, mandioca, batata doce, feijão seco, hortícolas e frutícolas) e culturas de exportação (cacau, pimenta, café e coqueiros), assim como, a melhoria da qualidade desta produção, de modo a reduzir importação de produtos alimentares, diversificar a exportação e aumentar o rendimento nacional

Promoção de estruturas de transformação e conservação dos produtos agrícolas;

No âmbito do PRIASA II foram:

- Adquiridos equipamentos de laboratório de análise para o Centro de Investigação Agró-Tecnológico (CIAT) e Direção da Pecuária;
- Reabilitado a unidade de processamento e adquiridos equipamentos CATAP;
- Está em curso o apoio para mais de 25 pequenas unidades familiares de transformação dos produtos agrícolas.

1. Adoção de um sistema integrado de controlo de pragas e doenças

- Tendo-se registado em 2018 um ataque de pragas na cultura de milho, *Crothas* nas sementes e *Lagartas* nas folhas, pondo em causa a produção deste cereal, componente essencial para o fabrico local de ração animal, no quadro da política de segurança alimentar adoptada pelo Governo, foi disponibilizado pesticidas como DIPEL para o controlo da pragas. Por outro lado, através do CIAT, está sendo desenvolvida ações no terreno que visam monitorar e controlar as pragas que tem atacado a cultura acima citada.

2. Promoção de ações de fortalecimento de cooperativas agrícolas

No âmbito das cooperativas do PAPAC registou-se o seguinte:

- Realizada formação contínua dos produtores da Cooperativa de Exportação do Cacau Qualidade (CECAQ11) nos domínios de poda, enxertia, sulfatação e plantação. Como resultado, foram produzidas 25.000 plantas de cacauzeiro no viveiro; enxertados 23.067 viveiros clonais e 28.792 rebentos. Relativamente a manutenção das parcelas realizou-se podas em 204 hectares de cacauzeiro, tratamento com sulfato a 619 hectares de cacauzeiro, produzido 30 toneladas de composto orgânico e controlados 570 hectares de sombra nos cacauzeiros. No período em estudo, esta cooperativa registou uma produção 88 toneladas de cacau.

- Cooperativa de Exportação de Pimenta e Baunilha (CEPIBA) – foram formados 164 agricultores no domínio destas culturas. Como resultado, foram produzidas cerca de 8 toneladas de pimenta.

- Cooperativa de Exportação do Café Biológico (CECAFEB) – foram assistidas tecnicamente na produção de 500 plantas, tratamento de 35 hectares de café e regularização de sombras de 5 hectares. Como resultado, no período em estudo produziu-se 14 toneladas de café.

3. Construção e reabilitação de infraestrutura de apoio à produção agrícola

- Estão em curso a reabilitação dos sistemas de abastecimento de água de Rio Lima e de Bom Sucesso.
- Foram feitos estudos para a reabilitação e/ou construção dos sistemas de abastecimento de água das comunidades de Canavial e Santa Luzia, estando na fase de preparação para lançamento de concurso público.
- Foram ainda adquiridos 10 estufas para a produção agrícola em 10 comunidades.
- Foram construídos 6 secadores solares, quatro na ilha de São Tomé e dois na ilha Príncipe. Adquiriu-se 14 abrigos para viveiros sendo 10 para São Tomé e 4 para ilha do Príncipe;
- Reabilitou-se 6 sistemas de irrigação, incluindo o de Canavial (com 600 m de canal, abrangendo 100 ha irrigados).
- Foram adquiridos equipamentos de laboratório de análise para o CIAT e DP;

- Reabilitadas 3 Unidades de transformação: comunidade de Terreiro Velho na ilha do Príncipe, Margarida Manuel e CATAP em São Tomé.

4. Abastecimento e distribuição de insumos, material e equipamentos agrícolas;

- Relativamente ao abastecimento regular com insumos e material agrícola na Loja de Abastecimento de Insumos Agrícolas (LAINA), foram realizadas um total de 9 importações avaliadas em cerca de 189.880 euros, com um volume total de 91.953 kgs insumos agrícolas (adubos, produtos fitossanitários e sementes) que foram vendidos aos agricultores a preço subvencionado.

5. Prossecução da reabilitação e/ou construção de pistas rurais

No âmbito do PRIASA II foram :

- Reabilitadas 11 pistas rurais, num total de 23,1 km, sendo: 7 pistas na ilha de S. Tomé (troço de S. José à S. Carlos, pista de Claudino de Faro, Santo António à Ponta de Palmeiras, Bom sucesso, Boa esperança) e 4 pistas na ilha do Príncipe (Pincaté à Ponta do Sol, Santa Rita à Praia Campanha).
- Reabilitadas pistas rurais das comunidades de Colonia Açoriana-São Francisco-São Paulo, Pedroma e Água Coimbra.

1.1.2.2 No domínio da Pecuária

Para dar resposta aos desafios deste sector, foram planificados programas, medidas e acções em 2018

Programa 3: Aumento e melhoria da qualidade de produção pecuária

Pretende-se com o programa aumentar à produção pecuária familiar, melhorar a dieta alimentar e contribuir para a redução da pobreza no meio rural.

1. Reforço da capacidade institucional da Direcção de Pecuária

- Foram capacitados 5 quadros técnicos e 55 criadores;
- Elaborados e submetidas para aprovação 2 Decretos-leis de regulamento.

2. Desenvolvimento das estruturas de transformação e conservação dos produtos de origem animal;

- Com o aumento das reprodutoras e havendo necessidade de ampliar o espaço de conservação, através do Projecto de Desenvolvimento da Suinicultura (PDS), foi

realizado obras num dos pavilhões do Projeto, tendo sido instalado 18 boxes individuais e com previsão de alargar no mesmo espaço mais 18 boxes, o que poderá albergar um total de 36 reprodutoras;

- Foi efetuadas obras de requalificação no pavilhão nº4 e importados kites veterinários (medicamentos e equipamento de ecografia e inseminação artificial).

3. Promoção da pecuária de ciclo curto, nomeadamente, pequenos ruminantes, aves e suínos com destaque para a pecuária familiar;

- No âmbito do PDS, o programa de cruzamento de suínos de raça local com o da raça importada, implementado pela equipa técnica da China, no que se refere ao Controlo e Seguimento dos cruzamentos e inseminações entre os animais de raça local e importada nas explorações pecuárias, foram realizadas 15 inseminações e 5 acasalamento.
- Referente à produção de suínos, foram produzidos 840 leitões, importados 5 contentores com ração, 8.220 kg de milho e 3.060 kg de concentrado proteico.
- Na Região Autónoma do Príncipe, foram atribuídos crédito aos criadores em forma de ração (97 sacos) e de animal (5 reprodutores suínos) equivalente a um total de 195.800,00 dobras.

4. Promoção e vulgarização de técnicas de criação de animais integrando combate as parasitoses animais, vacinações e adoção de novos esquemas alimentares;

- Esterilizados 13 animais de proprietários particulares como resultado das campanhas de sensibilização e controlo de animais soltos nas ruas realizado pelo sector.
- Vacinados e parasitados mais de 50 bovinos, 500 pequenos ruminantes e 8.000 aves, fruto da campanha de vacinação e desparasitação dos animais.

5. Incentivo à organização dos produtores pecuários

- Através do projeto MC², foram distribuídos mais 900 pintos , importados e incubados 2 mil ovos por meio de actividade de produção e distribuição de pintos.
- Foram efectuadas 30 visitas técnicas de acompanhamento aos produtores e difundido o programa de educação e sensibilização, no âmbito das actividades de aproximação e apoio técnicos aos criadores de animais.

1.1.2.3 No domínio de Floresta e Biodiversidade

Foram planificados programas, medidas e acções em 2018 para dar resposta aos desafios do sector como se segue:

Programa 4: Conservação e valorização da Floresta e Biodiversidade

Pretende-se com este programa promover acções que concorram para um ambiente saudável e o uso racional dos recursos da fauna e da flora e, desta forma, contribuir para o desenvolvimento sustentável.

- Com autorização da Direcção de Floresta e Biodiversidade, no ano 2018, foram autorizadas para abate legal 580 árvores de valor comercial equivalente a uma volume de 1.627,998 metros cúbicos de madeira.
- Reativou-se a gestão do Fundo do Fomento Florestal que actualmente o fundo apresenta um saldo positivo.
- Foram realizadas atividades de sensibilização sobre a importância da floresta, plantio de árvores, entre outros, em comemoração ao dia internacional das florestas e ao dia mundial das zonas húmidas.

Neste momento o sector florestal tem em curso vários projetos que vão de encontro as diversas actividades que concorrem para uma melhor utilização e conservação das nossas florestas a saber: o programa tesouro de Obô financiado pela União Africana, o PFNL, assim como o projeto de reabilitação paisagística ambos financiado pela FAO.

- No quadro do projeto *Produtos Florestais Não Lenhosos (PFNL)* foi realizado de capacitação sobre *Análise de Abordagem ao Desenvolvimento de Mercado (ADM)* nas comunidades de **Novo Destino** e **Plancas I**, na qual participaram 100 beneficiários. Como resultado desta formação, elaborou-se vários Planos de Negócio para diferentes grupos.

Quanto ao *Parque Natural Obô de S.Tomé*, embora com diversas dificuldades, o parque tem estado a contribuir na área do ecoturismo, nas investigações e, sobretudo, na conservação de espécies em vias de extinção. Constatou-se um crescente numero de

visitantes, com destaque para os Portugueses, e também ao nível nacional, designadamente estudantes. Também houve visitas guiadas em outros circuitos no interior do parque, como a cratera de Lagoa Amélia e o Pico de São Tomé. Tendo em conta os fracos recursos humanos, materiais e financeiros, as ações do Parque são mais concentradas, principalmente na manutenção do Jardim Botânico de Bom Sucesso.

1.1.3 Pesca

Informações não disponibilizadas

1.1.4 Comércio

- Grande parte das actividades programadas não foram realizadas devido ao não desbloqueamento dos fundos pelo Governo no Orçamento Geral do Estado e o não pagamento da quota junto à OMC.

Neste sentido, recomenda-se, o arranque do projecto Quadro Integrado Reforçado, (ii) Pagamento da quota à OMC, Reforço de capacidades técnicas e Assinatura do acordo de adesão a CEMAC.

1.1.5 Indústria

A Direcção de Indústria tem a missão de assegurar a formulação e implementação de políticas e estratégias sectoriais para a promoção do crescimento da produção industrial e das exportações bem como assegurar a transferência de tecnologias. Tem como visão ser uma entidade governamental impulsionadora, facilitadora e reguladora da indústria, proporcionando um necessário ambiente institucional de competitividade e de desenvolvimento da iniciativa privada.

Entretanto, o sector enfrenta dificuldades de ordem diversa que vão desde a falta de quadro legal adequado, a falta de uma política para a promoção e de incentivos ao sector, escassez de matérias-primas no mercado, a ausência de uma economia de escala associado a insularidade e a pequenez do mercado. É neste âmbito que o Governo definiu, no ano em análise, o programa **Dinamização do sector industrial** como forma de eliminar os actuais constrangimentos que afectam o desenvolvimento deste sector.

Programa: Dinamização do sector industrial

Com este programa preconiza-se melhorias do quadro legal e técnico do sector industrial de forma, a torná-lo propício para atracção de investimentos estrangeiros. Em 2018, foram realizadas as seguintes medidas:

1. Reforço institucional e modernização administrativa da Direcção de Indústria

No âmbito do Programa de Reestruturação e Harmonização das Indústrias (PRMN) foi criado um centro para a organização e selecção das empresas.

2. Promoção e harmonização do sector industrial e a agro-industrial, incluindo a melhoria de infra estruturas

A Promoção e harmonização do sector industrial e agro-industrial, incluindo a melhoria de infra-estruturas, teve o suporte de 2 programas coordenados pela Direcção de Indústria, financiados pela União Europeia e pilotado pela Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), em concertação, com a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). Trata-se do Programa de Reestruturação e Harmonização das Indústrias (PRMN) e do PIQAC (Programa de Infra-estruturas de Qualidade).

No quadro do PIQAC foram:

- Criada a Organização sub-regional de harmonização das normas ao nível dos países da África Central (CEMACNORM);
- Elaborado o documento orientador da política de qualidade em África Central e a criado o Prémio de Qualidade ao nível regional;
- Capacitados três técnicos nacionais como “Consultores Estagiários” que acompanharam o perito internacional que prestou assistência técnica às empresas. Um destes consultores formados obteve a valência de “Auditor independente”
- Apetrechados dois laboratórios, do CIAT e da EMAE, com equipamentos e reagentes diversos de forma a fazerem face aos diversos constrangimentos que estes sectores enfrentavam nesta vertente.

Ainda no quadro desta medida registou-se o seguinte:

- Formação de 35 consultores nacionais;

- Realização de encontros entre o perito da ONUDI com os bancos, em termos de sensibilização, para financiamento de possíveis projectos a serem apresentados neste domínio.
- Realizada a formação dos consultores nacionais sobre a metodologia de Diagnóstico e Plano de Harmonização das Empresas.

3. Reforço das capacidades das estruturas de apoio e de acompanhamento do sector privado

Para dar resposta a esta medida, através do PRMN, foram;

- Capacitação 19 jovens empreendedores em matéria de elaboração dos planos de negócios para qual foi assessorado pelos consultores nacionais formados neste domínio. Como resultado desta capacitação, foram seleccionados projectos no sentido de obterem financiamento junto aos bancos. Entretanto, no período em estudo nenhum deste projectos tinham obtido resposta destas instituições.
 - Realizados ateliês de sensibilização empresarial sobre o Programa de Reestruturação e Harmonização das Indústrias para as partes intervenientes; Realizada pré-selecção das empresas para serem diagnosticadas. Após o pré-diagnóstico, 4 empresas foram objecto de diagnóstico global e 2 para acções específicas de assistência técnica, nomeadamente Etmad, MTSilva, Credial Industrial, Zuntabawue, Qua-Tela e Lima Barbosa (na RAP). Como resultado foram elaborados os planos de harmonização e as acções de acompanhamento das mesmas.

Por outro lado, concernente ao PIQAC, foram realizadas formações e capacitações referentes à **ISO 9001** (Gestão de qualidade) e **ISO 17025** (norma para a padronização de testes laboratoriais) destinadas aos laboratórios ao nível nacional e referente à **ISO 22000**, **HACCP** (Hazard Analysis and Critical Control Point) , **Boas práticas de higiene e de fabrico, bem como, saúde e segurança no trabalho** destinado às

É de realçar que através deste Programa foram realizados seminários de sensibilização com algumas entidades privadas nomeadamente, a Associação de Defesa de Consumidor (ASDECO), a Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços, ONG Qua Tela e entre outras.

4. Implementação do protocolo de transferência de atividades para as Camaras Distritais e Regional

- No âmbito do Decreto lei nº 12/2015 e do Decreto-lei nº 11/2011 que Regula o exercício da actividade comercial e o seu licenciamento no país e prevê a isenção prévia de algumas actividades económicas nos sectores do Comércio, Indústria e outros em todos os domínios, excepto nos seguintes: armamento, meio ambiente, saúde e alimentação, foi assinado um protocolo entre o Ministro de tutela e o Presidente da Assembleia das Autarquia com objectivo de descentralização as actividades de licenciamento industriais.

É de realçar que, com a criação do Fundo de Fomento Empresarial (FFE) constitui uma mais-valia para o crescimento das actividades económicas, não só ao nível das Autarquias Distritais e Regional mas também a nível geral do país. Neste âmbito, é imperioso que o FFE seja acarinhado pelas autoridades nacionais e pelos agentes económicos em particular, de forma que o mesmo possa colmatar a grande falta de garantia que se verifica ao nível dos agentes económicos nacionais para obtenção de créditos na banca.

5. Desenvolvimento de uma política de marca nacional que seja representativa do país e que concorra para o incremento da economia nacional

- No âmbito do Decreto-Lei nº 23/2016 que aprovou o Código de Propriedade Industrial e reforçou a protecção da Marca Nacional, foi concluída a 1ª Fase dos trabalhos referente ao “período de trocas de informações entre os sectores envolvidos” e aguarda-se as condições de operacionalidade para o arranque da 2ª Fase de elaboração do Plano de Acção, de elaboração do TDR, de forma que o Logótipo da Marca São Tome seja criado e aprovado pelas autoridades nacionais, com vista a internacionalização do País através de produtos nacionais exibindo a marca nacional, colocados no mercado exterior com sucesso.

1.1.6 Sector Privado e atracção de investimento

A economia são-tomense necessita de um sector privado forte e dinâmico. Para o efeito, um conjunto acções devem ser desenvolvidas para mitigar os factores que condicionam a melhoria do ambiente de negócios e o desenvolvimento no que tange a dimensão do mercado, a exiguidade e debilidade das infra-estruturas, a fraca poupança interna e a inadequação do sistema de crédito.

Neste contexto, o Governo apostou na promoção do sector privado como opção viável para o desenvolvimento da economia nacional de forma a dar resposta aos desafios do sector.

Programa : Promoção do sector privado como opção viável para o desenvolvimento da economia nacional

Este programa pretende superar os constrangimentos de que enfrentam o empresariado nacional e contribuir para a criação de um ambiente propício ao surgimento de um sector privado mais forte e competitivo. Através das seguintes medidas foi possível obter os resultados que a seguir se indica:

1. Operacionalização da APCI e sua eventual filiação na Associação Mundial das Agências de Promoção de Investimento

- Deu-se continuidade ao processo de filiação da APCI junto a Associação Mundial das Agências de Promoção World Association of Investment Promotion Agency (WAIPA) e deu diligências junto ao Ministério da tutela, de forma a dar o cumprimento do desiderato. Entretanto, o processo não foi concluído por falta de recursos.

2. Seguimento da implementação das recomendações do relatório de ‘Doing Business’

- Foi criada uma Comissão, chefiada pelo Gabinete de Reforma da Gestão das Finanças Públicas, composta por técnicos do Banco Central, APCI, Direcção do Património, das Obras Públicas, do Comércio, da EMAE e um representante do Ministério da Justiça, com objectivo de acompanhar a implementação das recomendações do Relatório ‘Doing Business’ e apresentar propostas concretas para desbloquear os constrangimentos identificados.

1.1.7 Administração Pública

Informações não disponibilizadas

1.1.8 Planeamento e Estatística

Planeamento é a condição imprescindível para a diversificação das acções e dos alcances de resultados. Ele representa o guia para conferir maior estabilidade e coerência no clima de negócios bem como a mitigação dos riscos. A limitada capacidade institucional para gestão do processo de desenvolvimento incluindo a concepção de políticas de monitorização dos seus

efeitos foi identificada na Agenda de transformação de São Tomé e Príncipe 2030 como um dos maiores desafios ao desenvolvimento do país.

O Sistema Nacional do Planeamento criado através do Decreto nº 6/2017, clarificou o quadro institucional das competências o que permitirá aumentar a capacidade de resposta das estruturas de planeamento a todos os níveis central, sectorial, regional e distrital na perspectiva da articulação e coordenação das políticas públicas de desenvolvimento e a estatística como fonte imprescindíveis no processo produção de dados para planificação, seguimento e avaliação e tomada de decisão.

Neste contexto, foram definidos programas e medidas de políticas que impulsionaram o alcance dos resultados seguintes.

Programa: Melhoria do sistema de informação e orientação de políticas públicas

Tem como objectivo ajudar na Administração Central e Regional a tomar decisões em matéria de política económica e social. Pretende-se com suas acções disponibilizar os sistemas de informações sócio-económicas e melhorar o processo de planeamento com vista a orientar as decisões em matéria de políticas públicas.

Neste quadro as medidas e acções desenvolvidas produziram os seguintes resultados:

1. Elaboração do diagnóstico sobre as práticas de gestão do Investimento público;

- Elaborado e publicado o Relatório “*Revisão da Despesa Pública em São Tomé e Príncipe – Lidando com as causas da fragilidade fiscal*”, cujo capítulo 4º é dedicado a avaliação da gestão das despesas públicas.

2. Elaboração da carteira nacional de projecto e definição de critérios de priorização de projectos de investimento;

- No quadro desta medida, foram entregues o Draft da proposta de Lei do Sistema Nacional de Investimento e do Decreto de criação da Carteira Nacional de Projectos, assim como o Draft do Manual de elaboração e avaliação de projectos, incluindo a ficha projecto.

Foi, igualmente, apresentado o prototipo do **e-snip**.

Programa: Melhoria do sistema de informação e orientação de políticas públicas

Este programa tem por objectivo contribuir para melhorar o processo de decisão em matéria de políticas públicas.

1. Elaboração e implementação da estratégia de desenvolvimento estatístico, 2018-2021;

- Estratégia elaborada e implementada para uma melhor orientação e implementação do sistema nacional estatístico, permitindo ter um sistema de estatística eficaz e eficiente, capaz de produzir e divulgar, estatísticas fiáveis.

Capítulo II - Reforçar a Gestão das Finanças Públicas

Neste capítulo, o Governo pretende introduzir boas práticas em matéria de gestão e prestação de contas do erário público e reforçar o processo de consolidação orçamental. É neste quadro que o Governo definiu um conjunto de medidas e acções no domínio das Finanças Públicas.

1.2.1 Finanças Públicas

A gestão responsável e transparente das finanças públicas é uma das condições essenciais da boa governação, com influência no crescimento económico e, sobretudo, na afectação de recursos. Neste âmbito, a introdução de boas práticas em matéria de gestão e prestação de contas do erário público tem sido uma das preocupações dos sucessivos governos e dos parceiros de cooperação.

Programa: Gestão das Finanças Públicas

Este programa visa prosseguir com acções de consolidação das conquistas já alcançadas, nomeadamente na melhoria do quadro legal subjacente à gestão das finanças públicas, melhorias na prestação de contas por parte das instituições do Estado, aperfeiçoamento do sistema de licitações e contratações públicas, do sistema informático, do sistema de colecta de impostos e outras receitas não fiscais; integração dos diferentes serviços e instituições envolvidos na administração de recursos numa plataforma informática única, entre outros.

Programa: Aumento da eficiência e eficácia da gestão fiscal

1. Aprovação da lei do IVA

- Aprovada a lei do IVA pelo Conselho de Ministros do XVI Governo Constitucional. Entretanto, a mesma não foi aprovada pela Assembleia no ano em análise.

2. Reforço das capacidades de arrecadação de impostos e com ganhos de eficiência na administração fiscal.

- Criados postos distritais de cobrança como forma de descentralizar os serviços, incentivar e facilitar o pagamento de impostos e recolha das receitas.

Capítulo III – Investir na modernização das Infra-esfraestruturas Económicas e Sociais

Este capítulo é reservado à criação de condições logísticas fundamentais mormente, infraestruturas energéticas, aeroportuárias, rodoviárias e água, de forma a contribuir para a diversificação da economia, alargamento das oportunidades de criação de riqueza e geração de emprego. Neste âmbito, em 2018, foram programadas e realizadas medidas nos seguintes domínios: **i)** Porto; **ii)** Aeroporto; **iii)** Energia; **iv)** Água, **v)** Transporte terrestres.

1.3.1 Porto

A infraestrutura de transporte marítimo constitui um grande pilar para impulsionar a economia de um país, e São-Tomé e Príncipe não é exceção, daí que o porto de Ana Chaves é um dos veículos para alavancar a competitividade e internacionalizar a nossa economia. Entretanto, a infraestrutura depara com inúmeros constrangimentos que têm limitado essa competitividade e consequentemente a internacionalização da economia do país mormente **i)** falta de equipamentos adequados; **ii)** Elevados custos de operações; **iii)** Limitações dos espaços terrestre; levou a definir a modernização e expansão das infraestruturas de transporte marítimo com programa para dar resposta a tais desafios.

Programa: Modernização de infraestruturas de transporte marítimo

O presente programa pretende tornar as operações portuárias eficientes e eficazes. Assim sendo, em 2018 foram realizadas as seguintes medidas:

1. Requalificação da área de estacionamento dos contentores do porto de Ana Chaves

- Deu-se continuidade ao processo de requalificação da área de operações portuárias. No período em estudo, esta requalificação consistiu na execução de obras de melhoria e de ampliação do parqueamento de contentores. Entretanto, algumas deficiências detectadas impossibilitaram a conclusão da referida requalificação.

2. Aquisição de equipamentos operacionais e de segurança

- Foram adquiridos 4 equipamentos para operações sendo 2 novos e 2 usados nomeadamente:
 - Novos:** i) Uma grua de marca Terex Demag de 160 Ton; ii) Um empilhador para contentores Reach Steaker de 45 Ton;
 - Usados:** i) Um rebocador Almasoka; ii) Uma Chata

1.3.2 Aeroporto

A modernização e extensão dos aeroportos do país, e em particular, o aeroporto internacional, constitui um factor essencial para o desenvolvimento do turismo e integração económica regional. Neste contexto, o Governo definiu como programa a modernização e expansão aeroportuária a fim de dar resposta as medidas programadas.

Programa: Modernização e operacionalização do aeroporto de São Tomé e Príncipe

O presente programa visa criar condições de acolhimento de aeronaves de maior porte através de aumento de pistas, das placas de estacionamento e do terminal de passageiros para aeroporto de S. Tomé.

1. Reforço da capacidade técnica e profissional dos técnicos da ENASA, INAC e INM

- Deu-se continuidade ao processo de formação técnica e profissional dos quadros da ENASA, INAC e INM em vários domínios, tendo sido formados e capacitados no ano em análise o seguinte: Técnicos em Língua inglesa, Técnicos Cursos técnicos de aviação civil; Controladores aéreos e segurança aeroportuária; Técnicos em Electrónica, Técnicos em Electricidade, Técnicos do sector administrativo.

2. Modernização do aeroporto internacional de São Tomé e Príncipe

- Foram realizados estudo para modernização do aeroporto Internacional de São Tomé e Príncipe.

3. Aquisição de equipamentos de segurança e de meios informáticos adequados

- No âmbito da Cooperação com Autoridade de Aviação Civil de Gana, está previsto a instalação de uma ADS-B no Centro de controle de tráfego, um radar virtual, para visualização das aeronaves que sobrevoam o espaço do país;
- Foi lançado o concurso para aquisição do equipamento DVOR/DME mas, processo não foi concluído.
- No que concerne ao sector de segurança aeroportuária, o país já cumpre com todas as normas de segurança estabelecidas pela OACI o que permitiu a saída do país da lista negra dos países que não cumprem as normas internacionais de segurança aérea.

1.3.3 Transportes Terrestres

As infraestruturas rodoviárias carecem de manutenção, pelo que o estado das estradas, sobretudo das terras batidas continua a ser um dos constrangimentos à competitividade económica e à qualidade de vida dos que habitam no meio rural. Por isso, o Governo definiu como programa a construção e reabilitação do sistema viário de forma a melhorar a rede viária nacional e reforçar a manutenção e reparação das estradas.

Programa: Construção e reabilitação do sistema viário

Preconiza com este programa melhorar a operacionalidade das estradas de forma a melhorar a acessibilidade e mobilidade das pessoas e bens, contribuindo assim para a redução dos custos de transporte e criação de condições para a promoção da economia local.

1. Melhoria da rede viária nacional

No quadro desta medida foram concluídas obras de asfalto em betão betuminoso a quente e obras em calçada.

No que concerne as obras de asfalto, registou-se o seguinte:

- Reabilitada 3,471 km de estradas do troço Igreja da Conceição/Água Porca;
- Reabilitada 6,474 km de estradas que liga o troço Pantufo/ S. Fenícia;
- Construída 1,022 km de estradas do Arruamento Campo de Milho;
- Construída 1,55 km de estradas do troço Rio Lima/Gleba-Capela;

Relativamente às obras em Calçada/Terra foram concluídas:

- 8,4 Km do troço Colónia Açoreana/ S. Francisco – S. Paulo;

- 4 km do troço Caldeiras/Água Coimbra
- 2,2 km do troço Saudade / Quinta das Flores
- 1 km do troço Santa Cruz/Quintal da Roça Santa Margarida
- 0,950 km do troço da EN1-Ponta Figo/Generosa-fase II.
- 1,4 km do troço da EN1 Conde/ Gleba;
- 0.43 km do troço de Santana/ Micondó ;
- 0.8 km da EN1/ Cemitério Santo Amaro ;
- 0.,5 km da EN2/ Cemitério S. João dos Angolares.

2. Manutenção e reparação das redes de estradas

- Realizada a manutenção de 822,14 km de estradas pela equipa do GIME. A manutenção consistiu na capinação nas bermas, limpeza de sistemas de drenagem e realização de pequenos trabalhos de remoção de pequenas derrocadas, desbravamento e tapagem de buraco, limpeza de divergentes, abertura de aquedutos, travessias e valas divergentes nas estradas nacionais, secundárias e terciárias.

1.3.4 Energia

O fornecimento de energia eléctrica em São Tomé e Príncipe continua sendo uma prioridade, pelo que os esforços têm sido desenvolvidos para melhorar a qualidade da produção e, conseqüentemente a cobertura por todo país.

Programa: Provisão de energias fiáveis de baixo custo

O programa visa o desenvolvimento de energia limpa e de qualidade. Neste sentido, no quadro de implementação das medidas previstas obteve-se os seguintes resultados:

1. Fornecimento de energia eléctrica às comunidades rurais

- No ano 2018, deu-se continuidade ao processo de expansão e acesso à energia eléctrica nas comunidades tendo sido beneficiadas : i) Corredor eléctrico S. Luzia/ S. Clara/ Água Sampaio; ii) Corredor eléctrico Anselmo Andrade/ Claudino faro.

2. Reabilitação da rede de baixa e média tensão

- Foi feita a reabilitação da rede eléctrica de distribuição de baixa tensão;

- Deu-se início ao processo de implementação do projecto de Reabilitação da Central Hidroeléctrica Contador .

1.3.5 Água

A capacidade de produção de água instalada é considerada insuficiente para o contexto actual do país porque uma fracção muito reduzida é aproveitada para o abastecimento da população. Este facto deve-se a importantes perdas técnicas devido ao estado da rede de distribuição, que sendo antiga, apresenta elevado nível de degradação; e elevados desperdícios nos fontenários públicos, onde a água é gratuitamente distribuída. Neste sentido, o Governo definiu para este domínio dois programas mormente, Modernização organizacional e administrativa do sector de água e saneamento e Reabilitação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água.

Programa1: Modernização organizacional e administrativa do sector de água e saneamento

Este programa visa dotar os sectores de Água e de Saneamento de instrumentos jurídicos e legais de forma a contribuir para a modernização e organização dos referidos sectores. Assim sendo, foram obtidos resultados nas seguintes medidas:

1. Elaboração da Política Nacional do Saneamento

- Elaborada e publicada no Diário da República nº 174 de 27 de Novembro de 2018, o Decreto nº27/2018 que estabelece a Política Nacional do Saneamento Ambiental. Este documento tem como objectivo específico *i*) assegurar o acesso equitativo, sustentável e universal na eliminação das lamas fecais, por uma gestão segura e promover a melhoria das soluções de drenagem e de tratamento dos resíduos sólidos; *ii*) Reduzir de maneira significativa a defecação ao ar livre nos próximos cinco anos; *iii*) Proteger e preservar os agregados familiares, escolas, centros de saúde, mercados, recursos hídricos e ecossistemas de todo o tipo de produtos químicos.

2. Elaboração e actualização do quadro legislativo e regulamentar de água e hidrologia

- Aprovada e publicada a Lei nº 7/2018, Lei-Quadro dos Recursos Hídricos, no Diário da República nº 55 de 2 de maio de 2018.

Esta lei permite ao Governo Central e Regional, Poder local, Sociedade civil organizada e a população em geral, procederem ao ordenamento, controlo e uso racional das águas, de

modo a garantir a sua sustentabilidade e o acesso a todos, assim como, garantir uma maior participação de toda a comunidade na gestão e execução das políticas públicas das águas.

- Para implementar a referida lei, foram elaborados e validados tecnicamente 5 regulamentos, aguardando a aprovação do Governo, nomeadamente, *i*) Titularidade dos recursos hídricos; *ii*) Inspeção, fiscalização e sanções; *iii*) Protecção das águas superficiais e subterâneas contra a poluição e deterioração; *iv*) Qualidade da água destinada ao consumo humano e *v*) Regime económico e financeiro dos recursos hídricos. Por outro lado, encontra-se na fase de conclusão, o sexto regulamento referente à Regulamentação da Entidade gestora da Política nacional das Águas.
- Elaborado e validado o Plano Nacional de Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos com objectivo de melhorar a governação da água no país.

3. Formação em gestão de recursos hídricos

- Formados técnicos nacionais no domínio de Comunicação sobre a sensibilização em matéria de gestão integrada dos recursos hídricos;
- Reforçada a capacidade técnica em matéria de “Gestão de Conflitos e mecanismos de negociação na GIRH” ;

Programa 2: Reabilitação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água

Este programa visa a reabilitação das infraestruturas de captação, tratamento e distribuição de água para todos os usos, inclusive a operacionalização dos sistemas de irrigação. Neste quadro, foram realizadas as seguintes medidas:

1. Execução do projecto de reabilitação e extensão do sistema de abastecimento de água santana e arredores

- Teve início as obras de reabilitação e extensão do sistema de abastecimento de Santana e arredores.

2. Manutenção de Estações Hidrométricas

- Foram realizadas parcialmente manutenção em algumas estações hidrométricas

3. Criação de comitês de Bacias hidrográficas

- Criados e legalizados os Comitês de Gestão das Bacias hidrográficas na Região Autónoma da Príncipe e na Vila de Ribeira Afonso.

4. Promover a utilização racional dos recursos hídricos

- No quadro da comemoração do dia Mundial da Água (22 de Março) e do dia Mundial de lavagem das mãos (15 de Outubro), o Ministério das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Energia, através da Direcção dos Recursos Naturais e Energia, realizou-se no dia 21 de Março, na escola secundária de Desejada, Distrito de Lobata, uma palestra sobre a Gestão dos recursos hídricos, dirigida aos alunos, professores e restantes da comunidade escolar.

5. Reabilitação das redes de abastecimento, transporte e distribuição de água

- Reabilitado o sistema de captação e tratamento de água de Obo longo, Rio Manuel Jorge com capacidade de 5.000 m³/dia.

6. Proceder a actualização e monitoramento dos dados e indicadores da estratégia participativa de água e saneamento 2030

- Actualizada a matriz de indicadores da Estratégia Participativa de Água e Saneamento (EPAS) e o Quadro de indicadores do sector de Água e Saneamento (QISAS).

1.3.6 Telecomunicações e TIC'S

Atendendo a importância do mundo das tecnologias de informação e das telecomunicações, especial importância será dada à continuação da generalização do acesso e utilização a todos, consolidando e actualizando os espaços de acesso público à Internet; Estabelecimento de integração das instituições públicas e reforço do quadro institucional legal e regulamentar para o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação em São Tomé e Príncipe. Neste quadro, foram realizadas as seguintes medidas:

- Foi concluído no primeiro trimestre o projecto Backbone e fibra óptica-INIC permitindo uma redução nos custos de comunicação entre as instituições do estado e facilitando a comunicação entre os sectores ou seja o centro de dados do Governo passa a ter uma ligação de alto débito (10Gbps).

Capítulo IV: Assegurar uma melhor gestão do território do meio ambiente

1.4.1 Obras públicas, urbanismo e ordenamento do território

O controlo da ocupação do solo e a investigação de novos materiais de construção, com destaque para os materiais locais de baixo custo, constituem as premissas fundamentais para o desenvolvimento do sector. Para efeito, foram definidas programa e medidas cujas realizações no período em análise foram as seguintes:

Programa: Reforço da capacidade dos serviços de ordenamento do território

1. Actualização da cartografia nacional e a elaboração do plano nacional de ordenamento do território

No âmbito do Plano Nacional de Ordenamento do Território (PNOT) foi :

- Implantada a Rede Geodésia de 1ª Ordem que consistiu no estabelecimento e medições de oito pontos na ilha de São Tomé (Neves, Santa Catarina, Porto Alegre, Angolares, Ribeira Afonso, Monte Café, Guadalupe e São Tomé) e dois pontos na ilha do Príncipe (Santo António e Belo Monte), sendo que 2 deles (um em São Tomé e um no Príncipe) estão ligados à rede global, usando 72 horas de medição. Como resultado desta acção, foi produzido o *Report on Geodetic Network Establishment* que contém a metodologia e o resultado dos pontos de 1ª ordem que foram estabelecidos.

No 2º trimestre de 2018, teve início a actividade relacionada com a cobertura aérea, com vista a recolher dados e informações sobre território e a produção de ortofotomapas e produção do Modelo Digital do Terreno(levantamento LIDAR), mas que por razões meteorológicas ficou adiada para o princípio do ano de 2019, isto é em função das estatísticas meteorológicas da região em que se insere STP. Importa referir-se que esta operação, exige altura das nuvens e posicionamento dos raios solares a níveis desejados, e que nem sempre se verifica na nossa região, tudo isto associado a orografia das ilhas e a cobertura vegetal das mesmas.

- Igualmente, foi elaborado um estudo de caracterização e diagnóstico prospectivo, contendo o perfil do país, assim como apresentado um primeiro esboço do PNOT, PDRAP e PDD dos seis distritos de São Tomé, acompanhados de desenhos e Plantas de Síntese;

- Diferentes apresentações do draft do pacote legislativo e de demais documentos produzidos tiveram lugar, quer na ilha de São Tomé como na Região Autónoma do Príncipe;
- Foi também submetida ao Governo para pronunciamento, versões preliminares dos seguintes instrumentos legislativos: i) a Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo (LBOTU); ii) Regime Jurídico dos Instrumentos de Planeamento Territorial (RJIPT); iii) Regime Jurídico das Operações Urbanísticas (RJOU) e iv) Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU).

2. Capacitação de quadros dos Serviços Geográficos e Cadastrais

- No âmbito PNOT foram capacitados um total 9 técnicos pertencentes à Célula de Execução do PNOT e dos Serviços Geográficos e Cadastrais, em matéria de Observações Estáticas GNSS na rede geodésia e posterior cálculo de pós-processamento. A formação de capacitação debruçou-se na aprendizagem de operação do DGPS, estabelecimento de pontos, medições, princípios de cálculo de ponts e práticas e outros.

1.4.2 Ambiente

Informações não disponibilizadas

1.4.3 Saneamento

As condições de saneamento básico apresentam globalmente melhorias em todos os meios, apesar de ainda permanecer em níveis bastante alarmantes. As principais causas do deficiente saneamento básico foram identificadas como sendo a insuficiência de infraestruturas, insuficientes campanhas de informação e pouca disponibilidade de água. Neste contexto foram desenvolvidas medidas no seguinte programa:

Programa: Aumento e melhoria de acesso ao saneamento básico

1. Reabilitação das redes de esgotos para a evacuação das águas pluviais na cidade de São Tomé e Príncipe e construir novas redes;

- Foi efectuado o lançamento das obras para reparação de esgotos e drenagem de pântanos nos distritos de Água Grande (Gongá) e Mé-zochi (San Nguembú).
- Concluída as obras de reparação do murro de protecção costeira da zona de S. Gabriel.

2. Construção e reabilitação de infraestrutura de saneamento básico

- Com vista a melhoria do acesso ao saneamento básico nas escolas e jardins, foram realizadas obras de construção e reabilitação de casas de banho nas escolas e jardins no distrito de lobata . Assim sendo foram:
 - ✓ Construídas casas de banho com fossas sépticas e ligadas a fonte de água permanente nas escolas básicas de Laranjeira, Água Casada e a escola básica e secundária de Conde;
 - ✓ Realizadas obras de melhoria das casas de banho em nove escolas sendo a Escola básica de Micoló, Escola básica de Desejada, Escola básica de Boa Estrada, Creche de Boa Entrada, Escola básica de Agostinho Neto, Creche Santa Luzia, Escola básica de Guadalupe, Escola secundária de Guadalupe e Jardim de infância San Quilembê em Guadalupe;
 - ✓ Efectuado lançamento de pedra para obras de construção de escolas de Monte Café (Mé-zochi), Santana (Cantagalo), Neves (Lembá) e reabilitação da escola de S. Marçal (Água Grande) todas projectadas com cabines de WC's.

3. Realização de obras de saneamento básico nas comunidades devidamente identificadas

- Realizada obras de drenagem e desassorimento da foz do rio Lembá e na comunidade agrícola de Santa Catarina.

4. Realização de campanhas de educação e sensibilização sobre as boas práticas de conservação e manutenção das infraestruturas de abastecimento de água

- O Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Energia, através da Direcção Geral do Ambiente, em colaboração com a Direcção Geral de Administração escolar e a Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia realizaram campanhas de educação e sensibilização sobre as boas práticas de utilização, conservação e manutenção das infraestruturas sanitárias e de abastecimento de água potável nas escolas e nos serviços de saúde ao nível distrital.

Eixo II - Aposta na Coesão Social e na Credibilidade Externa de S. Tomé e Príncipe

O Governo considera a coesão social como factor determinante para implementação da política de transformação e melhoria das condições de vida dos São-tomenses. Neste sentido, o Eixo II das GOP 2018 congrega opções e medidas de política para os sectores relacionados à coesão social subdivididos em 5 capítulos que serão analisados quanto ao nível de implementação das mesmas, os resultados obtidos, os constrangimentos e as recomendações.

Capítulo I- Valorizar o capital humano e reforçar a boa governação

O desenvolvimento do capital humano através da melhoria qualitativa e quantitativa do ensino a todos os níveis é fundamental para fazer face aos desafios do desenvolvimento sustentado, com efeitos multiplicadores para outros domínios do desenvolvimento. Neste sentido o governo reconhece que a educação gera igualdade de oportunidade para todos, que o ensino superior é essencial para a consolidação do processo de formação dos recursos humanos, que o investimento na saúde é garante de uma melhor qualidade de vida dos São-Tomenses, que o investimento em ciência e tecnologia é uma condição para que o país seja competitivo na economia mundial, além de ser um instrumento de afirmação da são-tomensidade, é também um agente gerador de riqueza, de emprego e de qualidade de vida. Assim sendo, em 2018 foram programadas e realizadas medidas e acções nos domínio que conformam este capítulo como se segue:

2.1.1 Educação e Formação

O XVI Governo através do Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação, ambicionou como meta para o sector educativo, proporcionar uma educação e formação de qualidade para todos os são-tomenses, dotando o país de recursos humanos capacitados com padrões aceitáveis de conhecimentos científicos e tecnológicos capazes de responder às exigências preconizadas. Pelo que, os programas e medidas estabelecidos para o alcance desta meta foram:

Programa 1: Melhoria do acesso, equidade e qualidade no sistema da educação e da formação

O programa tem como objectivo melhorar o acesso, equidade e qualidade do sistema da educação e da formação, garantindo, desta forma, que todas as crianças dos 4 e 5 anos e em todos os distritos possam frequentar a Educação Pré-escolar, que a frequência e permanência ao Ensino Básico seja permanente, que haja Ensino Secundário completo em todos os distritos do país, com professores formados e devidamente capacitados em cada nível de ensino.

Neste sentido as realizações durante o período em estudo centraram-se nas seguintes medidas:

1. Construção, reabilitação, adaptação e apetrechamento das escolas de todos os níveis de ensino

- Concluída a construção de Escola Básica em San Fenícia e encontra-se em pleno funcionamento, de 1^a a 9^a classe;
- Concluída a Infraestrutura do MECCE – Essa actividade está de igual modo Projectada como conclusão da reabilitação do Edifício da DAE. Foi concluída e está em pleno funcionamento;
- Concluída a construção do Liceu em Lobata e entrou em funcionamento no ano lectivo 2018/2019.
- Construída os jardins-de-infância em Bobô-Forro e Milagrosa – O Jardim de Bobô-Forro as obras estão em curso enquanto que o de Milagrosa já terminou e está em funcionamento;
- Em curso a construção de Escola Sec/Básica da Trindade
- Elaborado o esboço de um croqui para construção do Monumento dos Antigos Combatentes da Liberdade
- Criação do Monumento “Rei Amador”
- Colocação dos nomes dos antigos combatentes da pátria no Monumento 3 de Fevereiro, situado na Paria Fernão Dias no Distrito de Lobata.
- Estabelecimento de um transporte marítimo para travessia das crianças de Ilhéu das Rolas à Porto Alegre, no Distrito de Caué.
- Visando garantir o alargamento da rede escolar adaptada a crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) foram realizadas obras para conclusão de duas salas de aulas, casas de banho adaptadas as NEE e disponibilizado transporte para estas mesmas crianças.

2. Aumentar o sucesso escolar através da revisão curricular do Ensino Básico e a produção de manuais escolares para todos os níveis de ensino do País

- É uma actividade que teve início com a revisão do currículo do Ensino Básico e alguma actualização no currículo do Ensino Secundário, no âmbito do “Projecto de Produção de Manuais Escolares”. Dado ao custo elevado e determinado processo de financiamento e desbloqueamento de verba, o Projecto não teve a sua continuidade, o que tem causado grandes constrangimentos ao processo de ensino-aprendizagem;

3. Capacitar os docentes e gestores escolares

- Foi implementado em 2018/2019 uma formação à distância para 515 professores do Ensino Básico, e 100 supervisores pedagógicos e inspectores escolares sob a tutela do ISEC, na expectativa de melhoria do conhecimento científico e curricular, suprir dificuldades à Matemática e à Língua Portuguesa, sobretudo na compreensão dos textos e aumentar o background dos profissionais da educação, relativamente as TICs.

4. Promover um Programa de avaliação de qualidade das escolas de STP

Com objectivo de criar uma melhor escola para todas as crianças e jovens, servindo de suporte à implementação de processos de avaliação a realizar nos jardins-de-infância e nas escolas foi:

- Concluída a elaboração do Manual sobre os “Padrões Mínimos de Qualidade” dos estabelecimentos de ensino não superior em S.Tomé e Príncipe;
- Selecionada 17 escolas que fizeram parte da fase Piloto para o Projecto autoavaliação”;
- Realizado encontros de trabalho com os membros da comissão de escolas, jardins-de-infância seleccionadas para elaboração, análise e aprovação dos instrumentos para o “Projecto de Autoavaliação” dos estabelecimentos escolares não superior;
- Produzido os questionários para implementação do referido projecto.

5. Promover um Programa Nacional adequado de alimentação escolar

Para concretização desta medida foi implementado Projecto Cantina Escolar que contou com apoio financeiro dos parceiros tendo se destacado as seguintes actividades:

- Visitas de estudo e intercâmbio ao exterior do país no âmbito de uma em parceria do Escritório do PAM em S.Tomé e Príncipe (Brasil/STP; STP/Cabo verde);

- Aquisição de utensílios de cozinha (panelas, pratos, copos, concha, colheres (Financiamento de Venezuela e PRIASA);
- Campanhas de Comunicação e Visibilidade do Programa PNASE (materiais de comunicação do PNASE (5 filmes e 4 Spot) Identidade Visual do PNASE “Logoptipo”);
- Participação dos técnicos em seminários internacionais - Brasil, Kénia, África do Sul e Etiópia (FAO, PAM, Brasil).

6. Promover a educação de jovens e adultos em articulação com as actividades geradoras de rendimento

- Esta medida foi implementada através do Projecto Alfabetização que é uma actividade de carácter contínuo no sector educativo e tem como finalidade acabar com o analfabetismo no país.

7. Promoção do ensino especial nas escolas

No âmbito desta medida destacou-se a componente formação, com o objectivo de actualizar o corpo docente para lidar com crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) nos estabelecimentos de ensino. Assim, fez-se:

- Intervenção directa aos alunos com problemas de audição, problemas de visão, problemas cognitivos, problema de comunicação e linguagem e problemas comportamentais;
- Formação sobre o **Sistema de Leitura e Escrita Braille**, para docentes de todos os níveis de ensino não superior.

8. Promover o desporto escolar

- Com a instalação do Gabinete do Desporto Escolar muitas actividades têm vindo a ser dinamizadas ao longo desses últimos anos, de forma que se possa desenvolver nos alunos uma série de competências dentre elas: comunicativas entre os mesmos, trabalho de equipa, organização, socialização, respeito ao próximo e sobretudo o gosto pela prática das modalidades que escolhem livremente, para que se tornem atletas de competição.

Programa 2: Acelerar o Desempenho Educativo

O programa tem como foco principal os alunos, através do reforço de políticas educacionais visando melhorar o desempenho escolar, administração escolar, eficiência e eficácia do sistema educativo e diminuir os índices de reprovação e abandono escolar. Neste sentido as medidas adoptadas e realizadas no quadro do programa foram:

1. Melhorar a Gestão Escolar e o Planeamento

- Todos as escolas elaboraram o seu Plano de Melhoria do Sucesso Escolar, visando permitir que os Directores fossem mais pró-activos na conquista dos seus objectivos, metas e implementação das mesmas de uma forma responsável.

2. Melhorar o sistema de avaliação das aprendizagens e do sistema do ensino

- Foi realizada a Avaliação aferida AALES 2018 (avaliação da aprendizagem dos alunos do Ensino Secundário 9ª e 12ª Classes), com apoio da Cooperação Portuguesa. Ainda no âmbito deste Projecto está contemplada a conclusão e a divulgação dos resultados do relatório sobre o Impacto da Reforma do Ensino Secundário;

3. Criar um Instituto de Avaliação e Acreditação Educacional, um Gabinete de Acreditação, Avaliação e Inspeção do Ensino Superior; uma Direcção de Acreditação e Avaliação Educacional, assim como o quadro legislativo e regulamentar das direcções

No âmbito desta medida foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Foi criado o mecanismo para avaliação das Instituições do Ensino Superior (IES);
- A Direcção de Acreditação e Avaliação Educacional – tem aplicado teste de avaliação aferida e em 2018 foi aplicado aos alunos da 9ª e 12ª classe do Ensino Secundário;
- Está em curso o processo de elaboração do quadro legislativo e regulamentar das direcções de MECC, contando-se com o apoio da Equipa de Acompanhamento a Consolidação do Ensino Secundário (ACES-STP).

4. Valorizar, profissionalizar e premiar o corpo docente e não docente

Tratando-se de valorização e profissionalização do Professor, a componente formação foi tida em conta. Neste sentido, iniciou-se um processo de formação à distância com parceria da Universidade de Paula Fransinetti tendo desenvolvido as seguintes acções:

- Curso de formação em exercício (presencial e a distância) para 517 professores do Ensino Básico;
- Curso de formação em exercício presencial e a distancia para (100 supervisores, orientadores, Pedagógicos e Directores de Escolas);
- Plataforma Moodle (ISEC).
- Deu-se início ao processo de identificação de critérios para implementação da avaliação do desempenho dos docentes e não docentes, bem como nos mecanismos de selecção dos professores para a de premiação através da continuidade de dinamização do Prémio Nacional do Professor, promovendo uma melhor “justiça” aos docentes e não docentes que tiveram melhor desempenho.

5. Desenvolver o ambiente escolar propício e estimulante ao aprendizado

- Realizaram-se Olimpíadas de Matemática ao nível da CPLP e Olimpíada de Língua Portuguesa ao nível das Escolas Secundárias.
- Ao nível do Ensino Básico realizaram-se concursos literários com prémios para os melhores classificados.
- Deu-se continuidade ao desenvolvimento de actividades culturais nas escolas, sobretudo com a realização dos festejos do 1º de Junho.

6. Envolver os pais e encarregados de educação na participação da vida escola

- As acções desenvolvidas com os pais e encarregados de educação têm surtido efeitos positivos, pois embora em 2018 houvesse um afrouxamento dessas actividades, constatou-se que os pais têm tido maior representação e participação nas acções do MECCC, como por exemplo: a participação nos encontros de revisão e actualização da Carta da Política Educativa.

7. Desenvolver a “Educação Empreendedora” no sistema educativo

- É um projecto novo no Sistema Educativo em S.Tomé e Príncipe, e como tal deu-se início a uma primeira fase “Piloto” em 10 escolas Secundárias do País de acordo ao resultado a obter-se projecta-se a sua generalização no próximo ano lectivo.

8. Criar um sistema de monitorização de gestão de programas/projectos e actividades do MECCC

- Após a criação do Gabinete de Gestão dos Programas e Projectos do Ministério tem-se registado a implementação dos três pilares (Planificação, o Seguimento e a Avaliação de desempenho) que dão a consistência a um sistema de gestão. Neste âmbito durante o período em estudo constatou-se em todos os sectores da Educação a frequente actividade de planificação e prestação de contas do grau de cumprimento das acções Planificadas. O Seguimento e monitorização são de forma sistemática e a apresentação dos resultados é realizada trimestral e semestralmente.

Programa 3: Ensino Técnico e Profissional

O programa Ensino Técnico e Profissional (ETP) tem como finalidade dar resposta aos inúmeros desafios na área de formação e profissionalização dos quadros técnicos do país, neste sentido foram definidas 3 medidas de política mas por falta de recursos apenas duas foram realizadas como se indica :

1. Aumentar e diversificar a oferta de formação profissional e com qualidade: cursos de Técnico de Turismo, Técnico de Recursos Florestais e Ambientais.

- Por se tratar de uma formação continuada, pode ser considerada como uma actividade em curso.

2. Reforçar a capacidade das instituições que lidam com a formação profissional

- Foram realizadas seminários internos e visitas de estudo para o exterior do país com os técnicos das referidas Instituições.

Programa 4: Reforço da capacidade institucional da Comunidade Educativa

O programa reforço da capacidade institucional da comunidade educativa almeja a melhoria da qualidade no sistema de ensino, Assim foram definidas as medidas a seguir indicadas visando consolidar um sistema de formação em serviço aos quadros do (MECCC) com a finalidade de dar resposta aos inúmeros desafios que o referido ministério pretende ultrapassar nos próximos anos.

1. Realizar acções de formação de todo o pessoal docente e não docente, gestores, inspectores e supervisores.

No âmbito desta medida, realizou-se acções que deram os seguintes resultados:

- 30 Técnicos formados em SPSS;
- Técnicos da Inspeção formados em pós-graduação;

- Seminários sobre avaliação das aprendizagens e do sistema educativo realizados.
- 2. Criar estrutura de formação contínua e inicial, assim como o quadro legislativo e regulamentar.**
- Foi criado, com Apoio e Consolidação do Ensino Secundário (ACES-STP) um Gabinete de Formação Contínua e em Exercício (GFCE) para promover acções de formações para os docentes e não docentes, em parcerias com as Instituições Públicas do Ensino Superior.
 - Foi criado todo o quadro regulamentar para funcionamento do referido Gabinete.
 - Ainda nesse Programa houve aquisição de materiais, equipamentos e mobiliários para o MECCC bem como para as salas de aulas construídas, entretanto não houve aquisição de um gerador de energia para o MECCC como estava projectado.

Programa 5: Programa Escola em Rede

O Programa Escola em Rede surge com vista à adoptar as Tecnologias de Informação e Comunicação como ferramenta estratégica para desenvolver o alto desempenho do sistema educativo (eficiência, eficácia e inovação), formando Recursos Humanos e equipando todas as escolas com Tecnologias de Informação e Comunicação. No âmbito deste programa foram concretizadas as seguintes medidas e acções:

1. Melhorar o acesso de internet aos diferentes níveis de Ensino

Houve necessidade de uma equipa do Gabinete de Tecnologia e de Comunicação do MECCC encontrar-se com os técnicos da Companhia São-tomense de Telecomunicações (CST) para acertos e assinatura de renovação de contrato para internet nas escolas. Assim sendo:

- Deslocaram-se às escolas para verificarem a reativação dos serviços de internet com sucesso e com o nível de velocidade estipulado no referido contrato;
- Assinatura do contrato depois da comprovação efectiva dos técnicos da EDUTIC/MECCC;

2. Expandir o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação e do Sistema Integrado de Gestão Escolar aos diferentes níveis de ensino

- Seguimento aos procedimentos com vista à renovação do contrato de internet nas escolas, no qual contemplou um total de 43 instituições de Ensino;

- Deslocação de uma equipa da Edutic constituída por 3 elementos à Região Autónoma do Príncipe, por um período de duas semanas, a fim de dar continuidade aos trabalhos de implementação do SIGE;
- Trabalhos relacionados com a planificação da formação para inserção de notas e faltas dos alunos, no âmbito do SIGE, uma formação que abarcou 66 escolas básicas e secundárias do país;
- Aquisição de equipamentos como: Cartões pvc magnéticos, bastidores, impressora para cartões pvc, Firewall, Windows server 2016, SQL server, microfones e auscultadores para suporte técnico a distância e o Kit do sistema Anti-incêndio fornecidos por uma equipa de uma empresa portuguesa “Filsat”, para apetrechar a actual sala dos servidores e implementar o cartão do aluno;
- Configuração do Firewall (equipamento que protege a rede interna dos ataques ciber e vírus).
- Contratação de 5 técnicos por um período de 6 meses para realizar especificamente o trabalho de captura e inserção de fotos dos alunos no referido Sistema (SIGE);
- Trabalho na concepção do Site para Candidatura ao Professor (para o recrutamento de novos professores para o sistema educativo nos 3 níveis de ensino não superior).
- Realizou-se um workshop no Hotel Praia com vista a apresentação dos sistemas (Colabora, Sige, Sinabe e Escola Virtual) para os parceiros de desenvolvimentos como Organismos internacionais e nacionais, Embaixadores e outras entidades, com o objectivo de dar a conhecer as soluções usadas internamente no MECCC e como tem sido vantajoso para a realização das tarefas administrativas tanto internas como nas Instituições Escolar;

Programa 6: de Desenvolvimento do Ensino Superior e Ciência

Visando melhorar a qualidade, especialização e expansão do Ensino Superior, em 2018 através deste programa destacaram-se realizações de acordo aos seguintes medidas:

- 1. Criação do Gabinete acreditação, avaliação e inspecção do ensino superior assim como o quadro legislativo e regulamentar do ensino superior.**
 - Elaborada a proposta de um normativo que regula o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SNAES);
 - Adoptado despachos para implementação de Banco de Avaliadores do Ensino superior e Conselho de Qualidade de Ensino Superior;
 - Elaborado o Guião orientador de banco de avaliadores.

2. Promover cursos de especialização, mestrado e doutoramento de acordo com as reais necessidades reais do país.

- Foram concedidas 398 Bolsas de estudos internas e 395 bolsas externa, no ano lectivo (2017/ 2018) com recursos internos.
- Atribuição de cinquenta e seis (56) bolsas de estudo oferecida pelo Governo chinês nas diversas áreas de licenciatura, mestrado e doutoramento;
- Pagamento de ajuda pontual para 20 estudantes de mestrado e 12 estudantes de doutoramento.

3. Criação de uma base de dados de quadros formados em S.Tomé e Príncipe e no estrangeiro e propor áreas prioritárias de formação

- Está em curso à implementação desta medida.

4. Criar estrutura para integração e dinamização do Sistema de Gestão de bolsas de estudo (SINAB).

- Essa medida tem vindo a ser implementada através de um sistema *online* para candidatura à bolsas de estudo. Embora na fase experimental, tem permitido a gestão de bolsas de estudo, através de critérios bem estabelecidos para a conceção.

Embora fosse um ano de eleições Legislativas, Autárquicas e Regionais é de destacar o bom desempenho dos técnicos de diversas direcções do MECCC, bem como do acompanhamento e monitorização do Gabinete de Gestão de Projectos afecto à Direcção de Planeamento e Inovação Educativa na concretização dos Projectos planificados pelo MECCC. Assim, tendo presente as informações sintetizadas, pode concluir-se que os indicadores previstos para o período, muitos deles evoluíram positivamente.

No entanto é necessário realçar que em relação às obras de construções e reabilitações, fornecimentos de géneros alimentícios, dentre outros, ainda constituem dívidas para o MEES no presente ano económico (2019). Pelo que, recomenda-se que aquando da elaboração do anteprojecto do Ministério da Educação, a Direcção do orçamento tome em consideração as despesas e projectos que estão em curso, e aloque fontes que facilitem desbloqueamento de verba, nomeadamente a de tesouro.

2.1.2 Saúde

O governo reconhecendo que, o investimento na saúde contribui para a garantia de uma melhor qualidade de vida dos santomenses, propôs-se a desenvolver os seguintes programas e medidas cujas realizações se descrevem:

Programa 1: Equidade no acesso e na utilização de cuidados de saúde e viabilidade do sistema sanitário

O programa visa melhorar o acesso e a equidade dos serviços de cuidados de saúde, bem como o acesso e a utilização dos serviços tanto na componente preventiva como curativa. Para o efeito foram definidas as seguintes medidas que congregam as realizações de 2018 como se indica:

1 Requalificação e apetrechamento dos hospitais e centros de saúde existentes

- Foi reabilitado e ampliado o Centro de Saúde de Mé-Zochi, dando as populações do mesmo Distrito e não só, acesso a cuidado de saúde e melhorando as condições de atendimento aos utentes e melhores condições de serviço aos técnicos.
- Está em curso a reabilitação do edifício do Centro de Saúde de Lobata;
- Deu-se o início a reabilitação da residência oficial dos técnicos da área de saúde de Cauê como forma de melhorar as condições de habitabilidade dos técnicos da área de saúde de Cauê;
- Foi adquirido um gerador para o Centro de Saúde de Trindade, com objectivo melhorar as condições de funcionalidade da unidade de Saúde, na ausência de energia pública, e garantir melhor condições de trabalho aos funcionários e atendimento ao público.
- Foram adquiridos diversos equipamentos hospitalares para área de Saúde de Cauê, como forma de melhorar as condições de funcionalidade da unidade de saúde;

3. Reforço de capacitação dos recursos humanos no sistema nacional de saúde

- No âmbito do Programa de Reforço ao Sistema de saúde em STP, foram concedidos especialistas como Assistência técnica para reforçar o sistema e a capacitação dos recursos humanos.

4. Gestão mais eficaz do funcionamento da Central de Compras de medicamentos.

- Foram adquiridos medicamentos, matérias e consumíveis para urgência do Centro de Saúde da Trindade, minimizando assim a carência que se fazia sentir;

- Adquirido reagentes e consumíveis de laboratório para área de saúde de Cantagalo;
- Foram adquiridos Reagentes e Consumíveis para laboratório e Estomatologia do Centro de Saúde da Trindade;
- Foram adquiridos medicamentos para portadores de HIV/Sida, beneficiando 95% das pessoas infectadas foram tratadas.

2.1 Justiça

Informações não disponibilizadas

2.1.4 Comunicação social

Informações não disponibilizadas

Capítulo II - Apoiar a juventude, consolidar a família e proteger grupos vulneráveis

A juventude representa uma percentagem importante da nossa população, pelas suas características, constitui um grupo especial que confronta-se com inúmeros desafios em diferentes domínios, tais como educação e formação, emprego, saúde, pobreza, ambiente, género, cultura, identidade, desporto, lazer, as novas tecnologia de informação, etc. As políticas que vão de encontro a juventude devem ser transversais, por esta razão importante se torna mobilizar os esforços necessários à implementação de políticas e programas dirigidos à juventude e que são integrados em todos os sectores da vida do país.

A família constitui a célula de base da sociedade e assegura a sua coesão, integrando nela pessoas que por razões mais diversas, se revelam mais vulneráveis aos desafios que a sociedade moderna impõe.

Infelizmente não é possível apresentar as realizações nestes dois domínios devido a não disponibilização de informações pelos respectivos sectores.

2.2.1 Juventude

Informações não disponibilizadas

2.2.2. Empendedorismo

Informações não disponibilizadas

2.2.3 Emprego e Assuntos Sociais

Este domínio tem por objetivo eliminar a pobreza e melhorar as condições de vida da população, através de programas para a promoção do emprego e apoio à integração social, com particular realce para os mais vulneráveis.

Programa : Protecção social e solidariedade

Este programa contribuirá para a implementação de um Sistema Nacional de Protecção Social que proteja de forma efectiva todos os santomenses vulneráveis contra os efeitos negativos dos riscos e vulnerabilidades originários de choques externos ou internos ou inerentes ao ciclo de vida, em especial os santomenses mais pobres e vulneráveis como as crianças.

1. Atribuição de Subsídios aos Idosos

No Programa de atribuição de **subsídio aos idosos** pagou-se em 2018, a 3045 Beneficiários de todos os distritos, incluindo a Região Autónoma do Príncipe, como pode ser evidenciado no quadro seguinte.

Quadro nº 1: Programa de atribuição de SUBSIDIO DOS IDOSOS (2018)			
DISTRITOS	Nº BENEFICIÁRIOS	MONTANTE	OBSERVAÇÃO
ÁGUA GRANDE	859	824.640,00	Pagaram-se duas tranches, sendo: 1.461.600,00 STD por cada tranche.
MÉ-ZOCHI	533	511.680,00	
CANTAGALO	454	435.840,00	
LOBATA	445	427.200,00	
L\EMBÁ	330	316.800,00	
CAUÉ	180	172.800,00	
PAGUÉ	244	234.240,00	
TOTAIS	3.045	2.923.200,00	

Fonte: Direcção de protecção Social e Solidariedade (2018)

2. Atribuição de Subsídios as mães carenciadas

Relativamente ao Programa mães carenciadas em 2018, foram beneficiadas um total de 1224 mulheres chefes de família em todos os distritos do país, incluindo a Região Autónoma do Príncipe, no montante de 2.350.080,00 STD, como se pode observar no quadro nº 2.

Quadro nº 2 : Programa mães carentiadas (2018)			
DISTRITOS	Nº BENEFECIÁRIAS	MONTANTE	OBSERVAÇÃO
ÁGUA GRANDE	234	824.640,00	Pagaram-se quatro tranches, sendo: 587.520,00 STD por cada tranche.
MÉ-ZOCHI	208	511.680,00	
CANTAGALO	181	435.840,00	
LOBATA	205	427.200,00	
L\EMBÁ	182	316.800,00	
CAUÉ	103	172.800,00	
PAGUÉ	111	234.240,00	
TOTAIS	3045	2.350.080,00	

Fonte: Direcção de protecção Social e Solidariedade (2018)

Concernete às outras medidas previstas foram realizadas transferências de valores em 100% como Apoio às ONG e Instituições de Solidariedade Social; e 75% do programado como apoio à pessoas com deficiência.

2.2.4 Trabalho, emprego e formação profissional

Promover a empregabilidade e o acesso ao trabalho seguro e digno particularmente entre grupos susceptíveis de não participar no mercado de trabalho como os jovens, as mulheres e as pessoas portadoras de deficiência e eliminar o trabalho infantil.

Informações disponibilizadas neste domínio não se enquadra nas exigências do relatório.

2.2.5 Segurança Social

O Instituto Nacional de Segurança Social, tem por missão gerir o regime contributivo da Segurança Social de acordo com a Lei nº1/90 (Lei da Segurança Social) e a Lei nº7/2004 (Lei de Enquadramento da Protecção Social) e adoptar medidas complementares que assegura os regimes da protecção social obrigatória.

1. Criação do Departamento de Inspeção para fiscalizar e assegurar os direitos dos trabalhadores

- Trabalho concluído com financiamento próprio do INSS. Neste momento já existe o Serviço de Inspeção e Fiscalização do INSS. Os despachos para o seu funcionamento já foram aprovados.
- 2. Requalificação do atendimento Front-office, e organização de todo o arquivo**
- O Front-office já foi requalificado estando a funcionar plenamente. A organização do arquivo está concluída, faltando o processo de desmaterialização do mesmo.
- 3. Auditoria às reformas mais avultadas**
- Foi feita a auditoria as reformas mais avultadas. Em nosso entender este processo não deve ser feito somente às reformas mais avultadas. Neste momento está a ser feita uma auditoria a todos os processos de atribuição das prestações.
- 4. Aplicação de fundo de Segurança Social através de depósito**
- Os fundos da segurança social têm sido aplicados através de depósitos. A ausência de um mercado financeiro, em toda a sua extensão, bem como de um mercado de capitais, tem impedido uma correcta aplicação dos fundos.
- 5. Alteração das reformas legislativa**
- No ano de 2018, foi feita uma alteração no quadro jurídico e submetida ao governo para aprovação.

Capítulo III - Promover Cultura Nacional e o Desporto e a Inclusão na Diáspora

A cultura e o desporto são factores fundamentais para a inclusão social, neste contexto foram previstas para 2018 medidas para os diferentes domínios, cuja as realizações serem tratadas em função das medidas previstas por cada domínio.

2.3.1 Desporto

Informações não disponibilizadas

2.3.2 Cultura

Informações não disponibilizadas

2.3.3 Inclusão na Diáspora

Informações não disponibilizadas

Capítulo IV- Reforçar o Poder Local e criar Pólos de Desenvolvimento

A descentralização e a participação plena das comunidades nos assuntos e decisão que lhes dizem diretamente respeito são fundamentais para o desenvolvimento.

2.4.1 Poder Local

Informações não disponibilizadas

Capítulo V- Reforçar as relações externas e de cooperação e preservar a soberania nacional

A diplomacia e a cooperação internacional constituem vector fundamentais da sua política, com propósito de atrair parceiros, divulgar a sua imagem, conquistar espaços de intervenção e gerir a sua soberania.

2.5.1 Política externa e cooperação internacional

Informações não disponibilizadas

2.5.2 Defesa e Mar e Administração Interna

Sendo S. Tomé e Príncipe, um pequeno país insular, as Forças Armadas têm um papel fundamental na garantia da defesa e segurança do território nacional, face aos novos desafios que a globalização impõe. Neste domínio o Governo prevê continuar a implementar ações de fortalecimento da segurança pública e da defesa nacional e em paralelo continuará a participar ativamente nos projetos e programas do Centro Inter-regional de Coordenação para Combate à Pirataria Marítima no Golfo da Guiné, contribuindo assim para a preservação da soberania

e segurança nacional. Na materialização deste objectivo foram previstos os programas e medidas cuja realização passamos a indicar:

Programa Melhoria das Capacidades do pessoal, infraestrutura e equipamentos da Defesa e Serviços de Segurança

O programa visa melhorar a capacidade institucional dos sectores de defesa e serviços de segurança e neste âmbito, durante o período em análise, foram realizadas as seguintes medidas:

1. Aquisição de Fardamentos e Equipamentos

- Foram adquiridos fardamentos e equipamentos para as forças de defesa e segurança, proporcionando os mesmos uma melhor apresentação;
- Concluídas as obras do Edifício do Comando Distrital de Caué;

2. Acção de Patrulha de longo curso

- Realizada patrulha conjunta entre as FASTP e a Polícia Nacional, como forma de garantir a segurança da população através da política de polícia de proximidade, ou polícia mais próxima da população;

3. Inscrição e Actualização de Caderno Eleitoral

- Inscrição e actualização do caderno eleitoral para realização das eleições Legislativas, Autárquicas e Regionais de 2018, contribuindo assim para uma eleição justa e transparente;

III. Constrangimentos Gerais

Os principais constrangimentos registados durante o período em análise prende-se, sobretudo com a insuficiência de recursos financeiros para financiar as acções programadas nos diferentes eixos das GOP. Dada a particularidade do país de ter anualmente o seu Orçamento Geral do Estado financiado em mais de 90% com recursos externos, torna-lhe suscetível às instabilidades na conjuntura económica e financeira internacional. Por outro lado, factores internos como a aprovação tardia do mesmo Orçamento, que se registou até finais do mês de

Maio do ano 2018, a irregularidade no desbloqueamento dos recursos também são apontados como causas do atraso e da não realização de acções programadas, principalmente nos sectores de Educação, Saúde, Estradas, Obras públicas, Emprego, agricultura, pecuária, floresta, etc.

Para além dos constrangimentos acima referenciados que são gerais para todos os sectores, alguns sectores particularizaram os seguintes constrangimentos:

Estradas

- ✓ Falta de equipamentos para realização de pesagem de veículos que trafegam nas rodovias
- ✓ Incapacidade de algumas empresas em executar mais de uma empreitada em paralelo, por motivos operacionais embora sejam obras de natureza similar;
- ✓ Falta de cumprimento dos prazos das empreitadas;
- ✓ Insuficiência dos trabalhos de fiscalização provocados pela falta de meios rolantes o que tem condicionado em grande medida o bom desempenho das suas atividades;
- ✓ Existência de lacunas no Regulamento de Licitações e Contratações Públicas (RCLCP) - Lei 8/2009, nomeadamente: i) O baixo montante referente aos concursos simplificados, públicos e públicos internacionais, que condicionam a participação massiva dos proponentes, beliscando sobremaneira a concorrência e o princípio da competitividade; ii) Possibilidade de impugnação do concurso por qualquer proponente com transtornos decorrentes do incumprimento da ação programada no prazo estabelecido pelo Dono da obra.
- ✓ Falta de pagamento dos 70% dos 3% de fiscalização, conforme o Despacho Conjunto nº29/2010.

Pecuária

- ✓ No âmbito do Projeto de Desenvolvimento de Suinicultura (PDS), em 2018, as actividades decorreram com algum pequeno sobressalto, devido a chegada tardia de uma encomenda de ração, motivado a problemas de insularidade, falta de navios em tempo oportuno. Este facto, afetou a linha de produção de um lote de leitões. Por outro lado, os próprios reprodutores, foram obrigados a fornecer alimentação inadequada e adaptada para cada categoria de animais.

Floresta e biodiversidade

- ✓ Falta de pessoal capacitado e disponível.

- ✓ Falta de meios rolantes e financeiros;
- ✓ Fragilidade na lei florestal;
- ✓ Falta de articulação entre vários autores da nossa sociedade;
- ✓ Pouco envolvimento do sector empresarial organizado.

Indústria

Tanto ao nível da Estratégia Nacional da Redução da Pobreza como do Programa do XVI Governo, não há qualquer indicação concernente ao desenvolvimento da Indústria. Daí que a falta de definição de uma orientação política para o sector se torne um dos principais constrangimentos para a indústria são-tomense.

As Indústrias em geral bem como as agro-indústrias, em particular, encontram-se pouco desenvolvidas¹. No actual contexto, as actividades que mais se destacam são as agro-indústrias, as panificações, produção de bebidas, algumas transformações artesanais de produtos locais². Este sector caracteriza-se por seguintes “handcap”:

- ✓ Falta de formação e capacitação de técnicos em função de fileiras;
- ✓ Ausência de sinergia institucional;
- ✓ Incumprimento do Plano de Ordenamento do Território (Atribuição de zonas específicas para o desenvolvimento do sector da indústria);
- ✓ Falta de uma política de acolhimento e acompanhamento de potenciais investidores estrangeiros;
- ✓ Inexistência de incubadoras tecnológicas associadas a centros de pesquisa;
- ✓ Dificuldades na materialização e concepção de infra-estrutura de qualidade (Acreditação, Certificação, Normalização, Laboratório etc.);
- ✓ Falta de adequação do código de investimentos às necessidades dos pequenos e médios investimentos de nacionais;
- ✓ Fraca capacidade institucional para organização do sector informal;
- ✓ Investidores nacionais desmotivados (recursos financeiros, mercado, certificação dos produtos etc.);
- ✓ Não adesão do país à OMC e aos acordos regionais e sub-regionais o que limita o acesso aos mercados em igualdade de circunstâncias.

¹ Carta de Política Agrícola

² Estudo Sobre a Situação das PME's de Transformação de Produtos Agro-industriais e das Pescas-Aristides Barros e Colaboradores, Abril 2011

IV. Conclusões Gerais

Da análise feita nos diferentes domínios de intervenção, conclui-se que :

1. Houve um esforço do Governo em implementar algumas medidas de cada eixo com vista ao cumprimento dos objectivos plasmados nas GOP 2018, não obstante o contexto político, económico e social interno e externo reinante durante o período, marcada pela realização das eleições legislativas, crise energética, conjuntura económica, entre outros.
2. Registou-se uma redução na taxa de execução do programa de investimento público em 2018, tendo atingido um nível de 19,4% ao contrário dos 27,74% registados em 2017³. Esta situação deve-se sobretudo ao fraco desbloqueamento dos recursos;
3. Por outro lado, conclui-se também que ainda existe dificuldades dos sectores em produzir relatórios sectoriais com informações adequadas sobre as realizações das medidas e projectos, o que dificulta a Direcção do Planeamento (DP) produzir anualmente o Relatório de implementação em tempo oportuno.
4. Verifica-se neste relatório ausência de informações de alguns sectores/domínios. Esta ausência está relacionada ao facto dos diferentes sectores não terem fornecido as informações necessárias para serem incluídas no relatório, pese embora várias solicitações terem sido feitas pela DP as mesmos.

V. Recomendações Gerais:

Como recomendações gerais propomos:

- Aumentar esforços na mobilização dos recursos financeiros necessários para execução dos projectos programados;
- Aprovar atempadamente o Orçamento Geral do Estado;
- Criar uma estrutura de planeamento sectorial em todos os ministérios para responder pela coordenação de planificação e seguimento das políticas. Até momento, alguns

³ Informações extraídas no relatório de execução orçamental da despesa por classificação Orçamental dos anos 2017 e 2018

ministérios não dispõem de um Gabinete de Estudo de Planeamento e essas actividades têm sido asseguradas pelas DAFs;

- Necessidade do Relatório de Execução Orçamental refletir os resultados da execução financeira dos projectos que têm unidade gestora fora do Ministério das Finanças;
- Reforço de comunicação intersectorial e intra-sectorial;
- Maior comprometimento dos sectores na produção dos relatórios sectoriais de monitoria.

Para além das recomendações acima mencionada, sectorialmente foram enfatizadas as seguintes recomendações:

Estradas

- ✓ Legislar e regulamentar, se forem caso disso, diplomas que facilitem a adjudicação às empresas de construção civil com capacidade financeira de iniciar projetos de construção ou reabilitação de estradas sem recorrer ao pedido de adiantamento financeiro;
- ✓ Proceder regularmente o pagamento atempado dos autos de medição devidamente validados pela instituição para que seja exigido o cumprimento do prazo da obra por parte das empresas de construção civil;
- ✓ Atualizar e adequar a Lei 8/2009 à nossa realidade e aprovação dos Diplomas conexos (relatório de abertura das propostas, termos de referência, etc.);
- ✓ Proceder ao pagamento de 3% da fiscalização conforme previsto no Despacho Conjunto nº29/2010.

Pecuária

- ✓ A importação de ração animal deve ser feita em prazos curtos, de forma a prever situações de atrasos na chegada dos navios;
- ✓ Produzir matéria-prima (milho e soja) para produção local de ração;
- ✓ Reatar o protocolo de cooperação para dinamizar a inspeção conjunta (DRCAE Saúde pública, Polícia Nacional e Câmaras distritais);
- ✓ Continuar a pressionar o serviço de expediente do Ministério de Agricultura e o Secretário da mesa do Conselho de Ministros visando a aprovação do Diploma Regulamentar da Direção da Pecuária para posterior aplicabilidade.

- ✓ Incentivar as ações de inspeção nos distritos com os técnicos da CADR e quando em vez com inspetores da inspeção central;
- ✓ Implementar o plano de formação em diferentes áreas para os técnicos de laboratório (.microbiologia, biologia molecular, patologia tropical e serologia/virologia);
- ✓ Encontrar mecanismo para aquisição de meios de cultura, reagentes e alguns kits de diagnósticos animal.

Floresta e biodiversidade

- ✓ Reforçar as capacidades técnicas dos recursos humanos existentes (técnicos ; guardas florestais);
- ✓ Dotar a Direção de mais meios rolantes;
- ✓ Criação de fundo para autofinanciamento das atividades do Parque Natural Obô de S. Tomé;
- ✓ Instalação de uma rede elétrica no recinto do Jardim Botânico e Rede de comunicação.
- ✓ Criação de postos de controlo de recursos florestais em zonas de vários acessos (nas entradas das cidades e vilas)
- ✓ Atualização da Lei florestal.

Saúde

- ✓ É preciso criar ficha de edifícios a serem intervencionados;
- ✓ Fazer levantamento dos equipamentos médicos e de diagnósticos a serem adquiridos periodicamente;
- ✓ Criar mecanismo de seguimentos e avaliação de todos os projectos inscritos PIP
- ✓ Torna-se necessário afectar as verbas, com maior celeridade, para evitar-se atrasos longos na execução dos programas.

Indústrias

- ✓ Que haja um programa único para o desenvolvimento (industrialização) do país em que a indústria seja parte integrante em conjunto com os outros sectores;
- ✓ Disseminação do código de investimentos ;
- ✓ Regulamentação da Marca Nacional de forma a facilitar a entrada dos produtos santomenses no mercado internacional, de modo que se possa ter acreditados e

valorizados esses produtos tradicionalmente conhecidos, pelas suas qualidades e fiabilidade no mercado internacional;

- ✓ Implementação do Decreto-Lei que cria o Fundo de Formento Industrial (FFI);
- ✓ Reforçar a cooperação multissectorial, sobretudo entre os sectores que produzem matéria- prima e a indústria em si como a parte de transformação.

Comércio

- ✓ Implementar o projecto Quadro Integrado Reforçado;
- ✓ Proceder o pagamento da quota à OMC;
- ✓ Reforçar as capacidades técnicas do sector;
- ✓ Assinatura do acordo de adesão a CEMAC.

Anexo

ENQUADRAMENTO DOS PROJECTOS DO PIP ÀS MEDIDAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - 2018

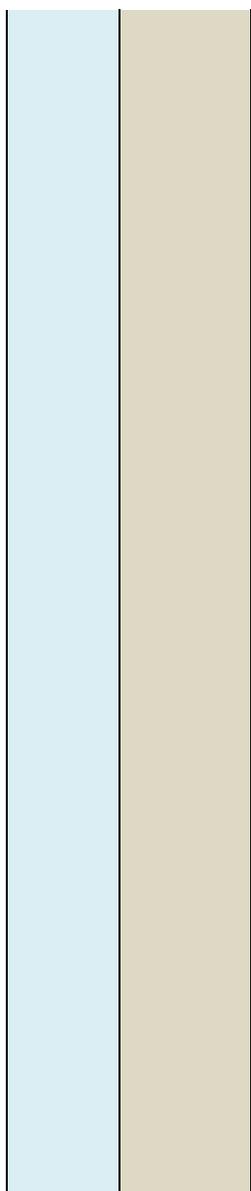
Grandes Opções do Plano (GOP)					Programa de Investimento Público				
Eixos	Capítulos	Domínios	Programas	Medidas/Acções	Projectos	Total programado (c/ dotação corrigida)	Valor Executado até 4º trimestre (anual)	% realização	Responsáveis (UGP)
Eixo I - Aposta no crescimento económico gerador de emprego	1º Diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação de riqueza	Turismo	Promoção e valorização do turismo e actividades conexas	Incentivar investimentos turísticos no meio rural					
				Elaboração/actualização das leis que regulem as actividades turísticas hoteleiras e similares;					
				Promoção de campanhas de divulgação e de marketing do país;					
				Definição e promoção de "Marca São Tomé e Príncipe"	"Marca São Tomé e Príncipe"	1 675 000,00	0,00	0,00%	Dir. Geral de Indústria
				Requalificação dos sítios de Interesse turísticos;					
				Desenvolvimento do Guia de boas					

--	--

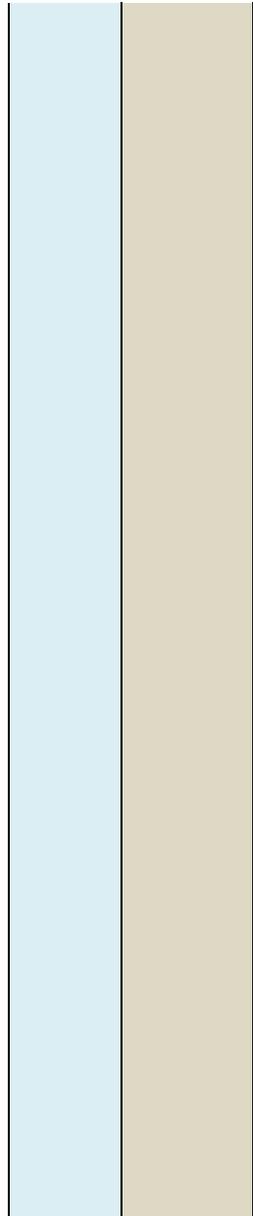
Agricultura

Reforço das capacidades institucionais do sector agrícola

práticas para o turismo de STP					
Melhorar o serviço de informação turística no exterior					
Reforço da capacidade do sector na recolha e tratamento de dados estatísticos de produção agrícola	Diagnóstico de acreditação do CIAT	3 062 500,00	0,00	0,00%	Gab Mini MADR
Realização de recenseamento geral agro-pecuário					
Formação e capacitação de técnicos no domínio de planificação e avaliação de projetos agrícolas					
Garantia da assistência técnica aos produtores através de serviços de extensão rural	Programa de extensão rural	4 300 000,00	3 194 173,08	74,28%	Centro de Apoio ao Desenv. Rural
Conclusão o processo de actualização da Lei Fundiária					
Promoção do associativismo e cooperativismo rural					



Aumento da Produção, produtividade e diversificação agrícola	ETACV- Transformação agrícola e a cadeia de valores	7 291 383,75	0,00	0,00%	Gab.Ministro. Agricultura e Desenv. Rural	
	Promoção de estruturas de transformação e conservação dos produtos agrícolas	GCP/SFC/001/ MUL - Segurança alimentar reforçada nos meios urbanos na África Central	4 000 000,00	0,00	0,00%	Gab.Ministr. Agricultura e Desenv. Rural
		Construção de represas (pequenas baragens para irrigação)	5 200 000,00	0,00	0,00%	
	Adopção de um sistema integrado de controlo de pragas e doenças					
	Promoção de ações de fortalecimento de cooperativas agrícolas					
	Construção e reabilitação de infraestrutura de apoio à produção agrícola	Reabilitação de infraestruturas de apoio à segurança alimentar	71 899 000,00	500 000,00	0,70%	DAF. Min. Agri. E Desenv. Rural
	Abastecimento e distribuição de insumos, material e equipamentos					



	agrícolas					
	Prosecução da reabilitação e/ou construção de pistas rurais					
	Produção de sementes melhoradas e material vegetal necessário para o aumento da produção local	Projecto de desenvolvimento de culturas alimentares	721 907,73	0,00	0,00%	
		Projecto de horticultura urbana e periurbana	7 614 000,00	0,00	0,00%	
	Fortalecimento do Programa de nutrição escolar	GCP/RAF/483/BRA- Fortalecimento do programa de nutrição escolar em África	3 000 000,00	0,00	0,00%	Gab. Ministr. De Agricultura
	Projecto sem medida	TCO/STP/3502/ Apoio à Conservação e melhoria da qualidade do solo em Mé-zochi	4 000 000,00	0,00	0,00%	Gab. Ministr. De Agricultura
	Projecto sem medida	Missão técnica Chinesa - Proj cultura alimentar + Suinicultura	16 100 000,00	0,00	0,00%	Centro de Apoio ao Desenv. Rural
	Projecto sem medida	Programa PAPAC	38 000 000,00	0,00	0,00%	Centro de Apoio ao

--	--

Pesca

Aumento e melhoria da qualidade de produção do pescado

Revisão do quadro jurídico e institucional sobre a gestão das florestas					
Vulgarização e sensibilização da população rural, sobre a necessidade de conservação do meio ambiente, floresta e biodiversidade	GCP/RAF/479/AFB- Reforço da contribuição dos produtos florestais não lenhosos	4 000 000,00	0,00	0,00%	Gab. Ministr. De Agricultura
Realização de campanhas de sensibilização sobre o manuseamento correcto do pescado em locais de desembarque do pescado	Projecto de melhoria das condições higienico sanitária dos produtos de pesca	8 575 000,00	0,00	0,00%	
Criação de fileiras de conservação e de transformação;					
Instalação de caixas isotérmicas nas comunidades piscatórias que não foram contempladas com unidades de produção de gelo em escama;					
Aquisição de um carro frigorífico para distribuição de gelo às comunidades que não possuem unidades de fabrico de gelo;					

Formação dos inspetores sanitários, tendo em conta os normativos da U.E.					
Atualização da Lei Sanitária					
Aprovisionamento em insumos de pesca, equipamento de navegação e de segurança aos pescadores artesanais;					
Patrulhas conjuntas de fiscalização e controlo das actividades de pesca na ZEE;					
Construção de dispositivo de quebra ondas na praia Gamboa (S. Paulo) para prevenir a erosão costeira e proteção das pirogas;					
Reforço da capacidade do sector na recolha e tratamento de dados estatísticos;					
Instalação de Dispositivos de Concentração de Peixes- DCP					
Projecto sem medida	Projecto de Reabilitação de	10 000 000,00	0,00	0,00%	Direcção Geral das

			Operacionalização da Comissão Nacional de Negociação Comercial (CNNC);					
			Reorganização e formalização das actividades de comércio interno e do Comércio de Serviços					
			Elaboração de um estudo sobre a dimensão do sector informal do Comércio					
			Desconcentração distrital de emissão das licenças de Quitandas e afins					
			Projecto sem medida					
	Indústria	Dinamização do sector industrial	Reforço institucional e modernização administrativa da Direção da Indústria					
			Promoção e harmonização do sector industrial e a agro-industrial, incluindo a melhoria de infraestruturas					
			Reforço das capacidades das estruturas de apoio e de acompanhamento do sector					

		privado					
		Implementação do protocolo de transferência de atividades para as Camaras Distritais e Regional;					
		Desenvolvimento de uma política de marca nacional que seja representativa do país e que concorra para o incremento da economia nacional;					
		Criação do Fundo de Fomento Agro-Industrial (FFE) e o seu regulamento					
	Melhoria no controlo das actividades económicas	Atualização da legislação;					
		Formação e capacitação do pessoal;					
		Aquisição de meios e equipamentos (meios rolantes de luvas, mascarar, botas);					
		Descentralização dos serviços de inspeção;					
		Criação e gestão de base de dados;					

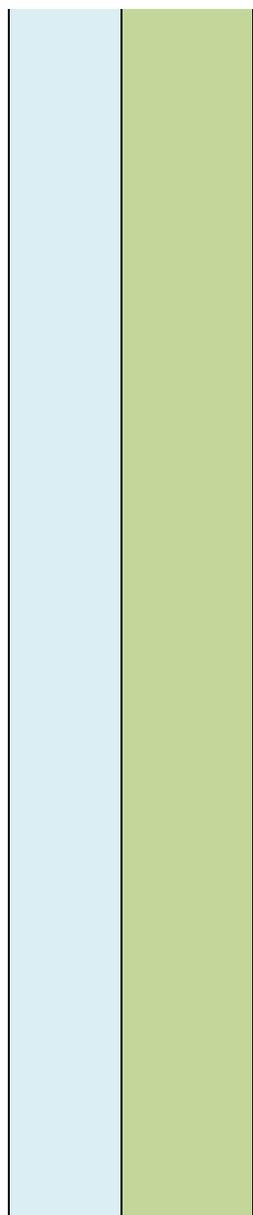
	economia e alargar as oportunidades de criação de riqueza	
	Administração Pública	
	Sector privado e atracção de investimento (Ambiente de negócios e empreendedorismo)	

Desenvolvimento Institucional Promoção do sector privado como opção viável para o e modernização administrativa desenvolvimento da economia nacional

Implementação do serviço de apoio ao empreendedor e organização da oferta de serviços, que inclua formação, aconselhamento e informação ao potencial empreendedor					
Operacionalização da APCI e sua eventual filiação na Associação Mundial das Agências de Promoção de Investimento					
Seguimento da implementação das recomendações do relatório de "Doing Business"					
Regulamentação códigos de investimento e de benefícios fiscais					
Informatização da administração pública;					
Atualização do Estatuto da Função Pública;					
Formação e capacitação dos recursos humanos da Administração Pública.					

		<i>Petroleo</i>	<i>Sem programa</i>	Projecto sem medida	Transferência para Agência Nacional de Petróleo	7 000 000,00	6 493 667,02	92,77%	ANP	
		Planeamento e Estatística	Melhoria do sistema de informação e orientação de políticas públicas	Implementação da Lei de Base do Sistema Nacional de Planeamento						
				Reforço da capacidade das unidades da planificação sectorial;						
				Reforço de capacitação dos técnicos do INE;						
				Elaboração e implementação da estratégia de desenvolvimento estatístico, 2018-2021;						
				Elaboração do diagnóstico sobre as práticas de gestão do público;						
				Elaboração da carteira nacional de projecto e definição de critérios de priorização de projectos de investimento;						
				Implementação da SCN-2008;						
				Conclusão do inquérito ao orçamento familiar;		Conclusão do inquérito ao orçamento familiar	-2,62	0,00	0,00%	

	2º Reforçar a gestão das finanças públicas	Finanças Públicas	Política monetária e cambial	Sistema Financeiro (Este programa não consta nas GOP 2018 e foi proposto neste enquadramento)	Recenseamento empresarial 2018					
					Integração dos serviços envolvidos na gestão de recursos financeiros numa plataforma única					
					Reforço do mecanismo de controlo da gestão das despesas públicas, e eliminação das derrapagens e atrasos					
					Reforço do mecanismo de combate à fraude, contrabando e lavagem de dinheiro					
					Reforço do mecanismo de combate à fraude, contrabando e lavagem de dinheiro;					
					Reforço dos mecanismos de preparação, elaboração, aprovação e execução do OGE					
					Apropriação do quadro de despesas de médio prazo					
					Reforço do mecanismo de controlo da gestão das despesas públicas					



Aumento da eficiência da gestão fiscal	Actualização da Lei sobre o Sistema de Administração Financeira do Estado;	Implementação do SAFE	1 279 038,00	1 107 366,90	86,58%	
	Construção de um edifício para Autoridade Tributária.	Construção de um edifício para Autoridade Tributária- MFCEA	23 999 527,83	0,00	0,00%	
	Projecto sem medida	Projecto de Apoio a gestão económica e financeira- PAGEF	13 429 116,25	0,00	0,00%	
	Projecto sem medida	Aquisição de bens e equipamentos para MPF	900 000,00	0,00	0,00%	DAF- MFCEA
	Aprovação da lei do IVA;					
	Criação de uma nova aplicação informática de gestão para Direcção dos impostos, numa versão WEB					
	Reforço das capacidades de arrecadação de impostos e com ganhos de eficiência na administração fiscal.					

--	--

Transporte terrestre

Construção e reabilitação do sistema viário

Melhoria da rede viária nacional

Construção de estrada Palha/Margarida Manuel	20 895 819,23	9 470 726,51	45,32%	INAE
Construção de estrada que liga Oque Del-Rei /Boa Morte	20 690 124,96	0,00	0,00%	INAE
Requalificação da EN1 / Conde / Gleba	2 100 000,00	0,00	0,00%	INAE
Requalificação da EN1/Cemitério de Sto Amaro	1 865 402,38	0,00	0,00%	INAE
Construção de estrada Gaspar / Sundy - ET 601-6,1 KM	10 975 000,00	0,00	0,00%	GOV. RAP
Construção de estrada que liga Igreja Nova Apostólica, Pantufo/ Escola de Ganda	2 020 500,00	0,00	0,00%	INAE
Esc 124 bairro verde Quinta de Santo	25 607 113,84	0,00	0,00%	

--	--	--	--

Antonio				
Construção de estrada Rio-lima - Gleba/Capela	10 268 301,93	4 250 000,00	41,39%	INAE
(EN2)- S. Nguembú/ Es 103 Igreja Pantufo	25 000 000,00	0,00	0,00%	INAE
Reabilitação de troços de estradas	23 500 000,00	0,00	0,00%	INAE
Reabilitação, construção Sporting /Potó-Potó	17 600 000,00	0,00	0,00%	INAE
Construção de estrada Molundu Ponte Graça	3 520 000,00	0,00	0,00%	INAE
Reabilitação da estrada Guadalupe/Morro Peixe	11 000 000,00	0,00	0,00%	
Construção da estrada Igreja da Conceição/ Bôbô forro	20 900 000,00	0,00	0,00%	INAE

--	--

Manutenção e reparação das redes de estrada	Reabilitação do troço de estrada Trindade Cruzeiro	5 000 000,00	0,00	0,00%	INAE
	Reabilitação da estrada Pantufo Finicia	17 600 000,00	0,00	0,00%	INAE
	Reabilitação da estrada Lucumi Riboque (5as5)	15 400 000,00	0,00	0,00%	INAE
	Construção de via de acesso ao Bairro Água Tomá	1 500 000,00	377 919,30	25,19%	Cam. Dist.Lembá
	Requalificação Es 107 Oque Del Rei /GONGA	3 520 000,00	0,00	0,00%	INAE
	GIME- Manutenção corrente de estradas	20 000 000,00	8 058 072,64	40,29%	INAE
	Tapagem de buracos nos arruamentos da cidade capital	4 500 000,00	500 000,00	11,11%	INAE
	Projecto sem medida	Estudo para construção de arruamento do	27 500 000,00	0,00	0,00%

			Reforço do sistema de informação do sector de água e saneamento;						
			Formação em gestão dos recursos hídricos;						
			Capacitação de agentes camarários, líderes comunitários e agentes distritais de saúde no domínio de água e saneamento						
		<i>Reabilitação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água</i>	Assegurar acesso durável à água potável no meio rural e no meio urbano;	Construção de reservatório 100m ³ RAP	3 850 000,00	2 336 053,00	60,68%	DAF - MIRNA	
			Execução do Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água de Santana e arredores;	Projecto de reabilitação de sistema de abastecimento de água Santana e arredores	11 000 000,00	0,00	0,00%	DGRNE	
			Manutenção das Estações Hidrométricas;						
			Criação de comité de bacias hidrográficas;						
			Elaboração um plano para a construção e/ou reabilitação dos sistemas de abastecimento de						

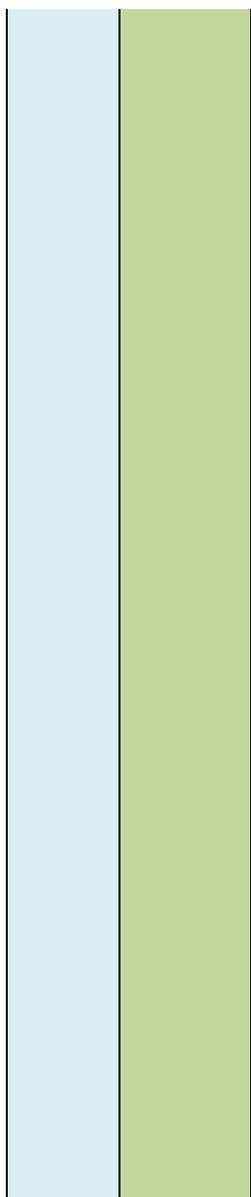
--	--	--

água (todas as utilizações).					
Promover a utilização racional dos recursos hídricos;					
Reabilitação das redes de abastecimento, transportes e distribuição de água;	Proj. Const.ext.sist.abast.a gua de obolongo (Rio Me-zochi) - fase 1	26 000 000,00	25 250 000,00	97,12%	DAF - MIRNA
	Reabilitação e extensão do sistema de abasecimeno de agua de Ribeira Afonso	10 750 000,00	0,00	0,00%	DAF - MIRNA
	Abastecimento de Água Potável às Populações	1 300 000,00	0,00	0,00%	RAP
	Projecto de reabilitação e extensão do sistema de abastecimento de água na cidade de Neves	12 000 000,00	0,00	0,00%	DAF - MIRNA
Construir barragens e represas nas zonas agrícolas de maior escassez					

	melhor gestão do território e do meio ambiente	urbanismo e ordenamento de território	Telecomunicações e TIC's	de água;						
					Proceder a actualização e monitoramento dos dados e indicadores da estratégia participativa para água e saneamento, 2030;					
				Projecto sem medida	Programa de melhoria de indicadores de abastecimento de água em STP	8 207 100,00	3 353 642,75	40,86%		Dir. Geral dos Recursos Naturais e Energia
			Sem programa Nas GOP 2018 não consta programas nem medidas para o domínio de telecomunicações e TICS	Sem medida	Evento Kitembú Digital	0,00	0,00	#DIV/0!		INIC
					Blackbone e fibra óptica - INIC	16 085 000,00	0,00	0,00%		INIC
					Obras de reabilitação e instalação - INIC	750 000,00	0,00	0,00%		INIC
				Regulamentação Geral de Construções e Habitações Urbanas de S.Tomé e Príncipe						
			Reforço de capacidade de fiscalização e controlo das obras							

Meio
Ambient
e

	Capacitação dos recursos humanos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)					
Reforço de capacidade dos Serviços de Ordenamento do Território	Actualização da cartografia nacional e a elaboração do Plano Nacional de Ordenamento do Território	Plano Nacional de Ordenamento de território	28 624 265,00	1 052 644,00	3,68%	Gab - MOPIRNA
	Capacitação de quadros dos Serviços Geográficos e Cadastrais					
	Criação do Sistema de Informação Geográfica (SIG)					
	Projecto sem medida	Construção de casas sociais (Me-zochi, Cauê)-Reabilitação do centro social Cantagalo, Lobata e Principe (Solicitar informação deste projecto no INAI)	39 200 000,00	0,00	0,00%	
saudável e de utilização racional	Reforço da capacidade das instituições ambientais					

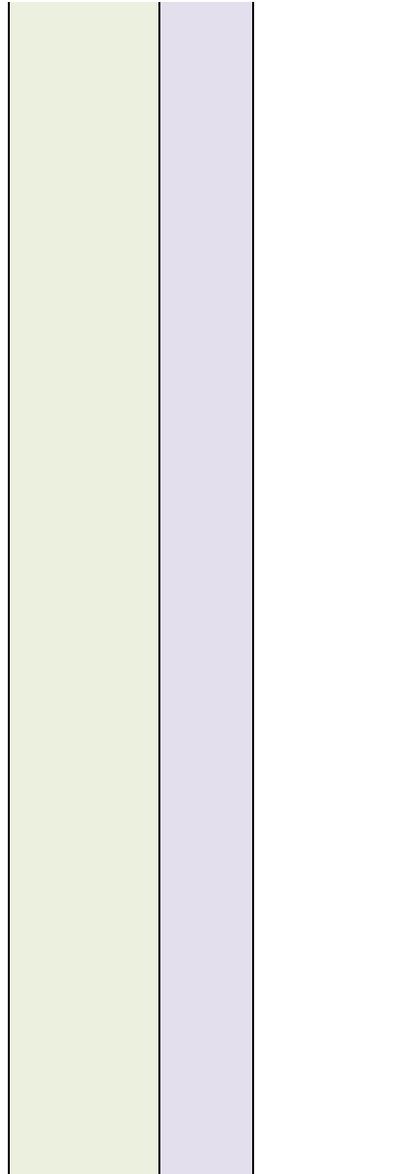


Saneamento

Aumento e melhoria de acesso ao saneamento básico

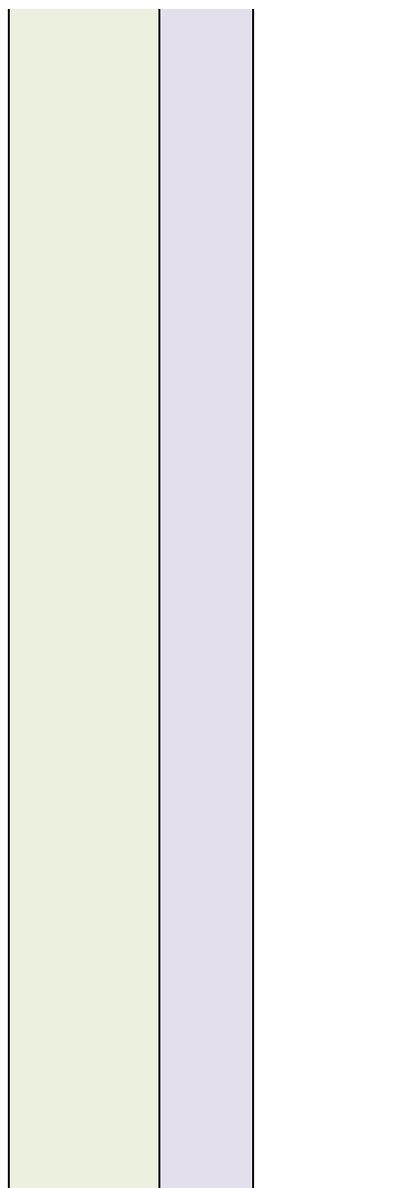
Implementação do plano de gestão dos parques naturais Ôbo de S.Tomé e do Príncipe;					
Realização de campanhas de informação, educação e sensibilização					
Reabilitação das redes de esgotos para a evacuação das águas pluviais na cidade de São Tomé e Príncipe e construir novas redes	Execução da drenagem e reabilitação do pavimento na Rua Padre	7 993 125,00	0,00	0,00%	INAE
Sensibilização da população para as boas práticas de higiene, saneamento e impacto na saúde					
Construção ou reabilitação de infraestrutura de saneamento básico					
Reforço de capacidade de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos					
Realização de obras de saneamento básico nas comunidades devidamente identificadas	Programa de melhoria de sistema de saneamento em STP	9 126 900,00	1 835 072,70	20,11%	Dir. Geral de Ambiente

				Drenagem na zona de S. Guembú	4 400 000,00	0,00	0,00%	INAE
				Drenagem na zona de Gongá	11 000 000,00	0,00	0,00%	INAE
				Manutenção, limpeza e saneamento de canais	5 544 510,00	5 445 549,77	98,22%	Encargos Gerais do Estado
				Realização de campanhas de educação e sensibilização sobre as boas práticas de conservação e manutenção das infraestruturas de abastecimento de água				
TOTAL EIXO I					1 139 068 167,28	90 519 028,23	7,95%	
Eixo2 - aposta na Coesão Social e na credibilização externa de São Tomé e Príncipe	Valorizar o capital humano e reforçar a boa governação	Educação e formação	Melhoria do acesso, equidade e qualidade no sistema da educação e da formação	Construção do Liceu em Lobata	25 000 000,00	12 250 000,00	49,00%	Dir. Geral de Admin. Escolar
				Ampliação da escola secundária básica de Desejada	6 031 209,00	6 031 208,46	100,00%	DAF.MECCC
				Construção de escolas Sec/ básicas Trindade	2 696 000,00	0,00	0,00%	DAF.MECCC



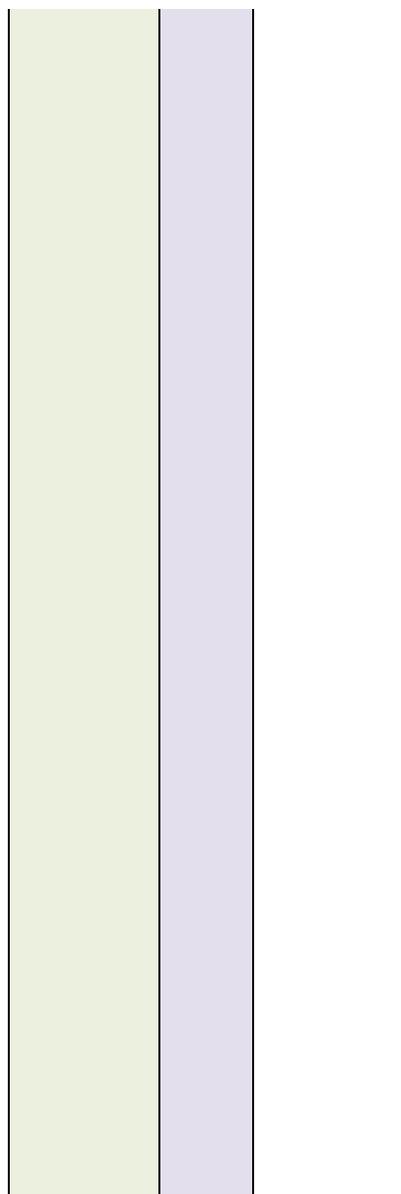
Projecto sem medida	Construção de escola básica em S. Finicia	713 000,00	0,00	0,00%	DAF. MECCC
	Conclusão do Edifício da DAE	4 342 097,24	1 925 065,62	44,33%	DAF. MECCC
	Construção de salas básicas de Diogo Simão	2 600 000,00	449 161,95	17,28%	
	Construção de depósito de Água nas escolas básicas e secundárias	5 600 000,00	0,00	0,00%	Dir. Geral de Admin. Escolar
	Conclusão de infraestrutura do MECCC	14 194 000,00	12 009 314,05	84,61%	DAF. MECCC
	Construção de 20 salas de aula em S. Marcos- fase I	11 822 833,76	750 841,10	6,35%	Dir. Geral de Admin. Escolar
	Construção do jardim de infância na Trindade	1 850 000,00	0,00	0,00%	DAF.MECCC
	Construção do jardim de infância de	2 037 000,00	0,00	0,00%	Dir. Geral de Admin.

	Mesquita - fase II				Escolar
Projecto sem medida	Construção do jardim de infância de Bobo - Forro e Milagrosa	3 260 000,00	0,00	0,00%	Dir. Geral de Admin. Escolar
Aumentar o sucesso escolar através da revisão curricular do Ensino Básico e a produção de manuais escolares para todos os níveis de ensino do País;	Reforço da Capacidade Institucional/Manual Escolar	5 000 000,00	0,00	0,00%	Gab.Min.ECC C
Capacitar os docentes e gestores escolares;					
Promover um Programa de avaliação de qualidade das escolas de STP;					
Promover um Programa Nacional adequado de alimentação escolar;	Financiamento da cantina escolar	2 000 000,00	0,00	0,00%	Dir. Geral de Admin. Escolar
Promover a educação de jovens e adultos em articulação com as actividades geradoras de rendimento;	Alfabetização solidária	2 062 957,63	1 710 000,00	82,89%	DETJA
Promoção do ensino especial nas escolas;	Ensino especial	700 000,00	0,00	0,00%	DGPE



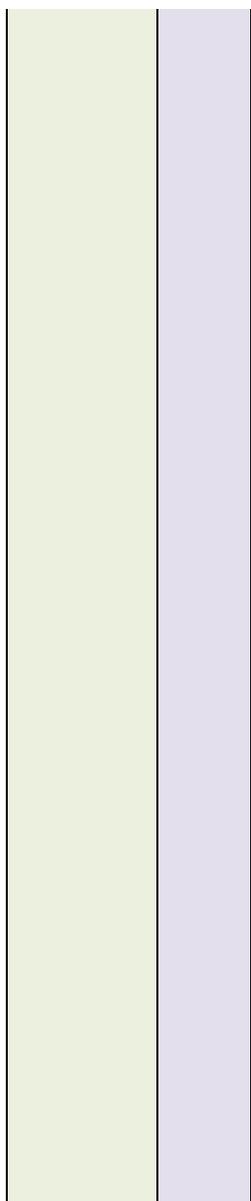
Accelerar o desempenho educativo

Promover o desporto escolar					
Projecto sem medida	Escola Piloto em Libreville	600 000,00	600 000,00	100,00%	Dir. Ens Basico
Projecto sem medida	Aquisição de viaturas e caminhão cisterna	2 000 000,00	0,00	0,00%	DAF- MECCC
Melhorar a Gestão Escolar e o planeamento					
Melhorar o sistema de avaliação das aprendizagens e do sistema do ensino	Projecto piloto de ensino em lingua Portuguesa	20 331 804,80	0,00	0,00%	Dir. Geral de Plan e Inov. Educativa
	Projecto escola +	15 000 000,00	0,00	0,00%	DAF- MECCC
Criar um Instituto de Avaliação e Acreditação Educacional: um Gabinete de Acreditação, Avaliação e Inspeção do Ensino Superior; uma Direcção de Acreditação e Avaliação Educacional, assim como o quadro legislativo e regulamentar das direcções;					
Valorizar, profissionalizar e premiar o corpo docente e não docente;					



Ensino Técnico e Profissional

Criar/implementar o fundo da família educativa.					
Desenvolver o ambiente escolar propício e estimulante ao aprendizado;	Olimpiadas de matemática da CPLP	850 000,00	796 748,00	93,74%	DAF.MECCC
Envolver os pais e encarregados de educação na participação da vida escolar.					
Desenvolver a “Educação Empreendedora” no sistema educativo;	Educação empreendedora	638 000,00	0,00	0,00%	Direcção do ensino técnico profissional de jovens e Adultos
Criar um sistema de monitorização de gestão de programas/projectos e atividades do MECCC.					
Adequar o currículo as novas exigências actuais					
Aumentar e diversificar a oferta de formação profissional e com qualidade: cursos de Técnico de Turismo, Técnico de Recursos Florestais e Ambientais.					

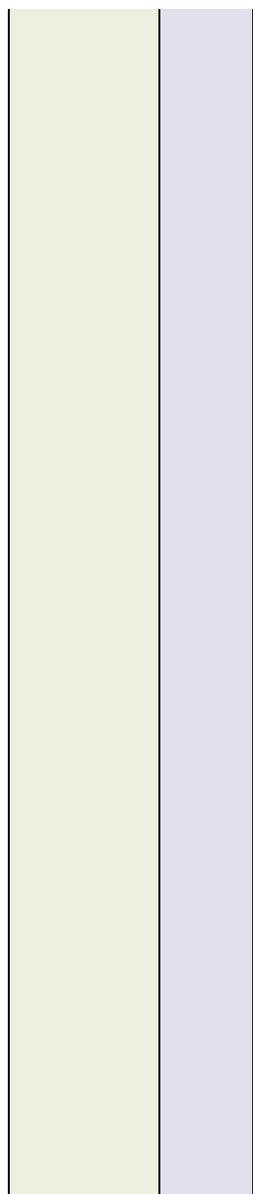


Reforço da capacidade institucional da Comunidade Educativa	Reforçar a capacidade de instituições que lidam com a formação profissional;					
	Realizar acções de formação de todo o pessoal docente, gestores, inspectores e supervisores					
	Criar estrutura de formação continua e inicial, assim como o quadro legislativo e regulamentar.					
	sem medida	Aquisição de um gerador para MECC	350 000,00	0,00	0,00%	Dir. Geral de Admin. Escolar
	sem medida	Aquisição de móveis escolares	20 000 000,00	0,00	0,00%	DAF. MECCC
Ivimento do Ensino Superior e Ciência	Melhorar o acesso de internet aos diferentes níveis de Ensino;					
	Expandir o uso da Tecnologia de Informação e Comunicação e do Sistema Integrado de Gestão Escolar aos diferentes níveis de ensino.	Escola em rede	2 250 000,00	183 067,41	8,14%	DAF. MECCC
	Melhorar a capacidade docente da Universidade STP;					

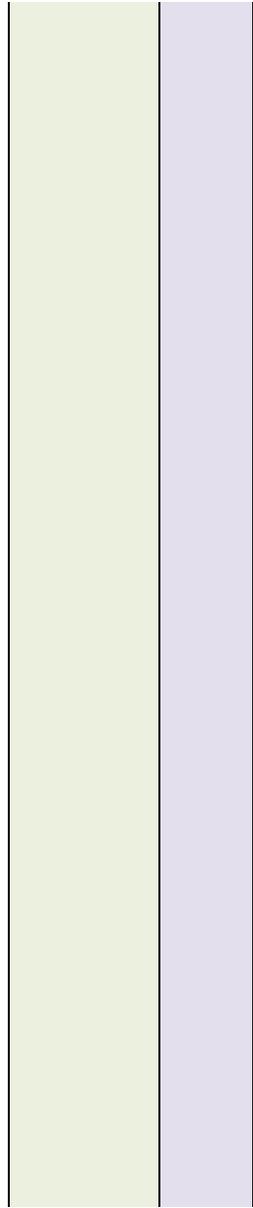
Saúde

Equidade no acesso e na
utilização de cuidados de saúde
e viabilidade do sistema
sanitário

Criação do Gabinete de Acreditação, Avaliação e Inspeção, assim como o quadro legislativo e regulamentar do ensino do superior;					
Promover cursos de especialização, mestrado e doutoramento de acordo com as reais necessidades reais do país;	Bolsa de estudo	6 200 000,00	0,00	0,00%	Dir G.En.Super.ci ência
Criação de uma base de dados de quadros formados em S.Tomé e Príncipe e no estrangeiros e propor áreas prioritárias de formação;					
Criar estrutura para integração e dinamização do Sistema de Gestão de bolsas de estudo (SINAB).					
Requalificação e apetrechamento dos hospitais, centros de saúde e postos sanitários	Construção do Centro de Saúde de Mé- Zochi	10 000 000,00	0,00	0,00%	Área de saúde de Mé - Zochi
	Aquisição de equipamentos hospitalar, diversos para área de saúde de Cauê	300 000,00	0,00	0,00%	Área de saúde de Cauê



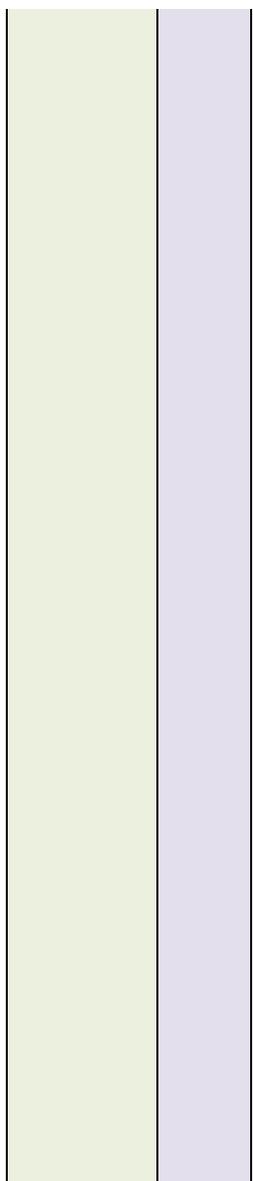
	Obras de reabilitação do edifício de do Centro de Saúde de Lobata	602 533,00	197 454,96	32,77%	Área de Saúde de Lobata
	Aquisição de um gerador para o Centro de Saúde da Trindade	245 000,00	0,00	0,00%	Área de saúde de Mé - Zochi
Reforço de capacidades dos recursos humanos do sistema nacional de saúde	Assistência técnica ao sistema de saúde	4 760 000,00	0,00	0,00%	Gab. Ministra de Saúde e Centro Hospitalar
Melhoria da qualidade de serviços de atendimento de modo a reduzir o tempo de espera nos estabelecimentos hospitalares	Melhoria do sistema nacional de saúde	37 204 000,00	0,00	0,00%	DAF- MS
	Projecto reforço do sistema de saúde STP	20 000 000,00	0,00	0,00%	Gab. Ministra de Saúde
Gestão mais eficaz do funcionamento da Central de Compras de medicamentos	Aquisição de medicamentos e consumíveis de saúde	35 138 100,00	25 000 000,00	71,15%	DAF- MS
	Aquisição de medicamentos para portadores de HIV/ Sida	500 000,00	0,00	0,00%	DAF- MS
	Aquisição de medicamentos,	800 000,00	0,00	0,00%	Área de saúde



	materiais e consumíveis para urgência				de Mé - Zochi
Aquisição de ambulâncias equipadas.					
Projecto sem medida	Missão médica Chinesa	20 000 000,00	0,00	0,00%	Centro Hospitalar
Projecto sem medida	Aquisição de consumíveis e reagentes para SNS	10 000 000,00	10 000 000,00	100,00%	DAF- MS
Projecto sem medida	Saúde reprodutiva e saúde de mãe, recém nascido, criança e adolescente	2 626 375,00	0,00	0,00%	Dir. Cuidados de Saúde
Projecto sem medida	Luta contra o paludismo	10 000 000,00	0,00	0,00%	Centro Nacional de Endemias
Projecto sem medida	Assistência infantil e imunização	620 000,00	0,00	0,00%	Dir. Cuidados de Saúde
Projecto sem medida	Luta contra doenças não transmissíveis	2 772 892,60	212 892,60	7,68%	Gab. Ministra de Saúde
Projecto sem medida	Projecto saúde para todos	20 000 000,00	0,00	0,00%	Centro Hospitalar

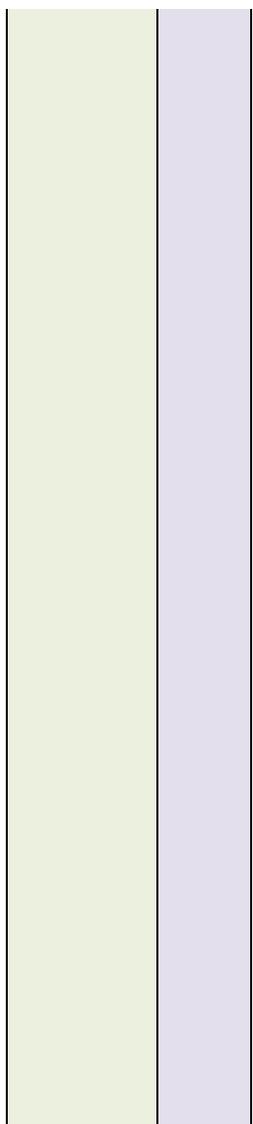
		Segurança social		Projecto sem medida	Aquisição de reagentes e consumíveis de Laboratório de estomatologia	650 000,00	0,00	0,00%	Área de saúde de Mé - Zochi
				Projecto sem medida	Reabilitação da residência dos técnicos da área de saúde de Cauê	950 000,00	792 365,83	83,41%	Área de saúde de Cauê
				Projecto sem medida	Aquisição de reagentes e consumíveis de laboratório para área de saúde de Cantagalo	250 000,00	0,00	0,00%	Área de saúde de Cantagalo
				Atualização da pensão mínima;					
				Criação do Departamento de Inspeção para fiscalizar e assegurar os direitos dos trabalhadores;					
				Requalificação do atendimento Front-office, e organização de todo o arquivo;					

Justiça	Modernização, Credibilização e melhoria da acessibilidade da Justiça	Auditoria às reformas mais avultadas;						
		Aplicação de fundo de Segurança Social através de depósito;						
		Alteração das reformas legislativa.						
		Formação e capacitação dos Magistrados e dos agentes e funcionários da justiça;						
		Criação de um serviço de Inspeção;						
		Reforma legislativa e atualização dos diplomas;	Reforma Legislativa/Actualização dos Diplomas	5 575 000,00	0,00	0,00%	Gab. MJDH	
			Programa de reforma da justiça	3 000 000,00	578 114,36	19,27%	Gab. MJDH	
		Adopção de mecanismos legais de resolução de conflitos extrajudicial,						
		Informatização e integração dos Tribunais MP DGRN e PJ						
		Informatização e digitalização dos serviços gerais do Registos						



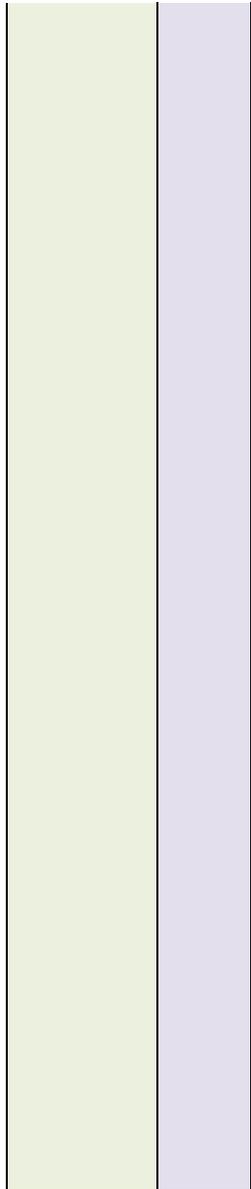
Prevenção e combate à delinquência e à criminalidade

Notariados;					
Criação da Direção de Política da Justiça e Direção da Administração da Justiça;					
Criação de um Gabinete de Informação e Assistência Jurídica;					
Descentralização e criação de secções especializadas;					
Criação do Tribunal de Relação					
Criação da Policia Judiciaria;	Apoio à policia judiciária	429 985,00	429 985,00	100,00%	
Criar e implementar programas de inserção social dos reclusos;					
Reforço da capacidade Institucional do Centro de Apoio Contra Violência Doméstica;	Combate a violência baseada no Género	2 450 000,00	0,00	0,00%	Gab. MJDH
Construção e apetrecho de um Centro de Acolhimento das Mulheres vítimas de violência;					
Prossecução da campanha nacional de combate a droga;					



Promoção da Igualdade e Equidade de Género

Elaboração do plano estratégico nacional de combate ao tráfico e consumo de droga.					
Projecto sem medida	Aquisição de viaturas celular	1 644 400,00	0,00	0,00%	DAF-MJDH
Criação e institucionalização da Comissão Nacional dos Direitos Humanos;					
Implementação de política nacional de protecção de menores;					
Transposição para o direito interno das normas constantes das Convenções Internacionais ratificadas pelo país.					
Adesão, ratificação e implementação das convenções internacionais sobre direitos humanos, combate e prevenção a criminalidade, informação e sensibilização sobre a promoção dos direitos humanos e da cidadania.					



Comunicação social

<i>Projecto sem programa</i>	Projecto sem medida	Construção/aquisição de um edifício	10 000 000,00	0,00	0,00%	Repartição Adm. E Fin-Tribunal de Contas
<i>Projecto sem programa</i>	Projecto sem medida	Construção/aquisição de um edifício	6 000 000,00	4 502 911,82	75,05%	Sup.Tribunal de justiça
Promoção dos Mass Medias (Este programa não estava inscrito nas GOP 2018. Baseou-se do programa das GOP 2017 para preencher esta coluna)	Melhoria do quadro legislativo e regulamentar para o exercício da profissão jornalística					
	Reforço das capacidades institucionais dos órgãos de comunicação social público	Aquisição de meios de transporte	1 000 000,00	0,00	0,00%	TVS
	Incentivar a criação de órgãos de comunicação social privado					
	Criação e dinamização de programas culturais, educativos e de divulgação da ciência e tecnologia					
	Aumentar a capacidade de promoção de conteúdos pelos órgãos de comunicação social					
	Reforço da capacidade técnica dos órgãos de comunicação social e	Manutenção dos emissores	550 000,00	0,00	0,00%	RNSTP

			Apoio Institucional ao Conselho Nacional da Juventude (CNJ);	Apoio institucional ao Conselho Nacional da Juventude	359 813,75	354 327,00	98,48%	Instituto da juventude
			Criação de Praças e Centros Digitais, e Centros de Interação Jovem;					
			Formação de jovens em empreendedorismo;					
			Criação e implementação de incubadora de projetos;					
			Criação de um fundo para financiamento de projetos dos jovens e mulheres;					
			Desenvolvimento estratégia de micro-finanças.					
	Empreendedorismo	Promoção do empreendedorismo e do autoemprego						
	Trabalho, emprego e formação profissional	Promoção do emprego e formação profissional	Implementar o II Programa do País para o Trabalho Digno (2018-2021);					
			Elaborar e adoptar diplomas de regulamentação de determinadas áreas de trabalho (trabalho agrícola, a bordo, doméstico, etc);					

			Formar e capacitar técnicos do serviço das relações de trabalho em normas e conciliação laboral;					
			Descentralizar os serviços da DTEFP nos Distritos;					
			Reforço de capacidade institucional da Inspeção Geral do Trabalho,					
			Operacionalizar o Observatório de Emprego e Formação Profissional;					
			Construir uma base de dados de estatística nacional sobre emprego, desemprego e formação profissional;					
			Regulamentar a formação técnico profissional					
			Desenvolver e Implementar um programa de capacitação e de estágio profissional nas empresas;					
			Descentralizar ações de formação às autarquias e assegurar a sua relevância para os mercados de trabalho locais;					

			Promoção do Auto-emprego, emprego decente e Empreendedorismo de mulheres e jovens	Estabelecer parceria com o sector de educação objectivando maior articulação e visibilidade dos programas de formação profissional ou densificação do sistema de formação profissional;					
				Adequar a formação profissional às necessidades de actividade económica e oportunidades de emprego.					
				Formação de 200 mulheres no domínio de empreendedorismo com vista à criação de auto-emprego;					
				Formação e capacitação de jovens empreendedores na área de gestão de negócios					
				Implementação de um dispositivo de incubadora de projectos					
				Realização do estudo sobre o comportamento e importância do sector informal no emprego e na economia nacional					

		Emprego e Assuntos sociais	Apoio técnico aos operadores do sector informal através da provisão de serviços de desenvolvimento de negócios e de ações formativas						
			Zelar pela ratificação das normas e convenções internacionais de trabalho						
		protecção e solidariedade	Atribuição de Subsídios aos Idosos;						
			Fornecimento de prato quente;	Cozinha social- fornecimento do prato quente/ dia aos idosos carenciados	1 155 000,00	0,00	0,00%		
			Apoio aos sinistrados por incêndio, catástrofes naturais, desabamento por velhice e outras situações a nível habitacional;						
			Apoio às ONG e Instituições de Solidariedade Social;	Apoio às ONG's parceiras da acção social	550 000,00	550 000,00	100,00%	Dir.Prot.Social e Solidariedad	
			Apoio as pessoas com Deficiência;	Apoio as pessoas portadoras de deficiência	525 000,00	393 750,00	75,00%	Dir.Prot.Social e Solidariedad	

desporto nacional e a	

Desporto

Promoção e
valorização do
Desporto
Nacional

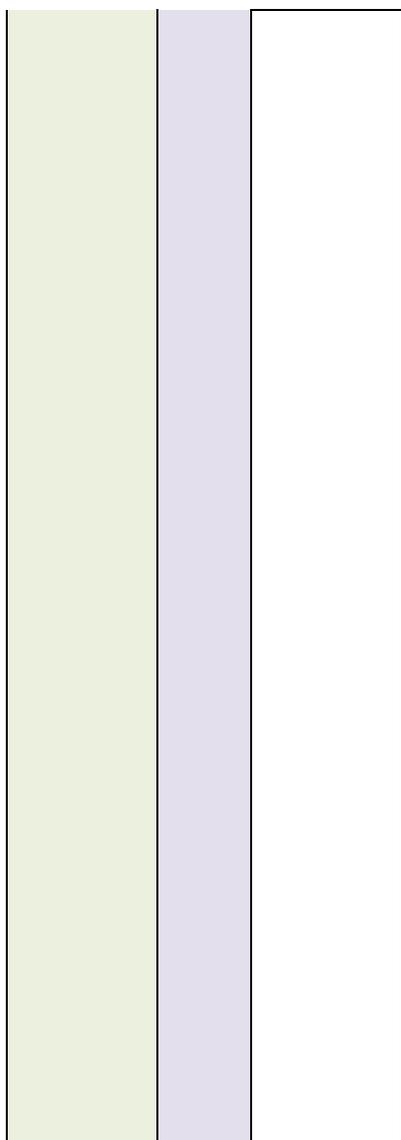
Operacionalização do conselho nacional de protecção social;	Protecção social	6 411 500,00	0,00	0,00%	Dir.Prot.Social e Solidariedad
Formação e capacitação dos técnicos nas áreas de ação social.					
Projecto sem medida	Apoio à integração social dos grupos mais carenciados	8 441 490,00	5 394 690,00	63,91%	Dir.Prot.Social e Solidariedad
Projecto sem medida	Construção e apetrecho de um centro de acolhimento às mulheres e crianças em situação vulnerável....	3 000 000,00	0,00	0,00%	Dir.Prot.Social e Solidariedad
Projecto sem medida	Construção de casas sociais (Me-zochi, Cauê)-Reabilitação do centro social Cantagalo, Lobata e Principe	7 280 791,00	1 488 677,60	20,45%	DAF-MEAS
Apoio ao desporto escolar;					
Apoio as instituições desportivas;	Apoio institucional ao Comité Olimpico	161 450,60	112 500,00	69,68%	Dir. desporto

	Nacional				
Formação dos quadros do desporto;					
Participação de São tome e Príncipe nas competições internacionais;					
Melhoria das infraestruturas desportivas	Construção de um estádio na cidade da Trindade	4 000 000,00	0,00	0,00%	Dir. infraestrutura Desportiva
	Construção de um polodesportivo	16 200 000,00	0,00	0,00%	Dir. Gstão de Infra-estrutura desportiva
	Conclusão de obras de infraestruturas desportivas	3 628 950,40	0,00	0,00%	Dir. Gstão de Infra-estrutura desportiva
Projecto sem medida	Comemoração de 12 de Março desportivo	550 000,00	461 355,51	83,88%	Dir. desporto
Projecto sem medida	Realização do 11º jogos desportivos da CPLP	20 633 890,68	14 864 266,44	72,04%	Dir. desporto

		Cultura
e Criar Polos de Desenvolvimento		Poder Local

sem Programa Valorização e preservação da identidade histórica - cultural de STP

Projecto sem medida	Incentivo ao desporto paraolímpico	85 639,38	85 597,63	99,95%	Dir. desporto
Promover a cultura nacional	Festival gravana	0,00	0,00	#DIV/0!	
	Premio Francisco Tenreiro	0,00	0,00	#DIV/0!	
Resgatar os valores ético-morais, através do reforço da identidade cultural nacional;	Preservação e valorização da cultura nacional	600 000,00	300 000,00	50,00%	Dir. Geral da Cultura
Divulgação e expansão dos costumes, tradições e valores nacionais nos estabelecimentos do ensino;	Subsídio para comemoração de 3 de fevereiro	613 670,00	0,00	0,00%	Dir. Geral da Cultura
	Construção da estátua do Rei Amador	915 000,00	0,00	0,00%	Dir. Geral da Cultura
Projecto sem medida	Construção do Museu Nacional	1 500 000,00	0,00	0,00%	Dir. Ger. Admini. Escolar
Projecto sem medida	Transferência de capital para Câmara Distrital de Água Grande	3 000 000,00	3 000 000,00	100,00%	Câmara Distrital de Agua Grande
Projecto sem medida	Transferência de capital para Câmara	3 000 000,00	2 000 000,00	66,67%	Câmara Distrital de



Aprofundamento das relações de cooperação com a República Popular da China, um poder económico de classe mundial e um importante ator no desenvolvimento de infraestrutura em África;					
Estabelecimento e o fortalecimento de vínculos de cooperação com os principais países europeus fornecedores de APD, e com países africanos com experiências de desenvolvimento bem-sucedidas;					
Implementar uma política ativa de mobilização da ajuda internacional;					
Assegurar a necessária coordenação da gestão da ajuda externa, garantindo-lhe maior transparência e eficácia;					
Diversificar as fontes de financiamento, as parcerias e as modalidades de execução;					

--	--	--

Preservação da soberania nacional	Intensificar a cooperação com os países africanos, sobretudo com os países africanos de língua oficial portuguesa;					
	Estreitar a ligação às comunidades santomenses e a valorização da diáspora santomense.					
	sem medida	Programa de reorganização diplomática	4 628 184,16	3 847 294,15	83,13%	DAF- MNECC
	sem medida	Reabilitação do actual edifício e revisão da rede eléctrica de MNECC	2 219 110,00	1 311 607,80	59,11%	DAF- MNECC
	Promoção da paz, a segurança, a estabilidade e a solidariedade internacional, bem como a integração regional e sub-regional;					
	Intensificar a implementação dos diversos programas para fortalecimento da segurança pública e da defesa nacional;					

		Defesa, Mar Administração interna		Participar ativamente nos projetos e programas do Centro Inter-regional de Coordenação para Combate à Pirataria Marítima no Golfo da Guiné, o que contribui para a preservação da soberania e segurança nacional no mar;					
				Melhorar as parcerias intra-africanas, particularmente a nível da Comunidade Económica dos Estados de África Central (CEEAC).					
		Melhoria das capacidades do pessoal, infraestruturas e equipamentos da PN e dos serviços da Segurança		Formação de quadros ao nível interno e externo;					
				Promoção do ensino de línguas;					
				Dotar os serviços de meios rolantes e materiais;					
				Aquisição de fardamentos e equipamentos;	Aquisição de fardamentos e equipamentos- Forças de Defesa e Segurança	9 850 000,00	991 852,50	10,07%	DAF da Defesa

Reabilitação de S. Miguel e S. Nicolau;					
Reforço da capacidade de patrulhamento e Operações de Busca e Salvamento;	Funcionamento e manutenção da unidade naval	55 970,00	0,00	0,00%	Forças Armadas-STP
Ampliação e reabilitação da Enfermaria Militar;					
Acções de patrulhas de longo curso;	Patrulha conjunta	1 000 000,00	557 000,00	55,70%	DAF da Defesa
Reforço da capacidade dos serviços de fiscalização das praias;					
Projecto sem medida	Reforço das capacidades Institucional para manutenção da ordem interna	800 000,00	799 375,00	99,92%	Gab.Minist.admi.interna
Projecto sem medida	Exercicio Felino	3 000 000,00	1 993 421,90	66,45%	Gab.Minist.admi.interna
Projecto sem medida	Conclusão das obras do edifício do comando distrital de Caué	1 400 000,00	1 345 695,45	96,12%	Polícia nacional

		Projecto sem medida	Reabilitação da esquadra de Porto Alegre	1 000 000,00	0,00	0,00%	Polícia nacional
		Projecto sem medida	Realização das eleições legislativas, autarquias e regional	14 958 077,00	14 196 077,00	94,91%	Gab.Minist.ad mi.interna
		Projecto sem medida	Inscrição e actualização do caderno eleitoral	15 891 000,00	15 890 999,92	100,00%	Gab.Minist.ad mi.interna
		Projecto sem medida	Reforço das capacidades	1 000 000,00	0,00	0,00%	Gab.Minist.ad mi.interna
		Projecto sem medida	Ajuda alimentar ao militares e paramilitares	1 500 000,00	750 000,00	50,00%	Min Defesa
		Projecto sem medida	Apoio institucional	9 500 000,00	5 049 706,75	53,15%	Min Defesa
TOTAL EIXO II				623 988 673,64	252 203 005,21	40,43%	
TOTAL GOP				1 763 056 840,92	342 722 033,44	19,44%	

